

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO
FEDERAL

Conselho de Cultura do Distrito Federal

ATA

15ª REUNIÃO ORDINÁRIA**CONSELHO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL**

No dia 17 de agosto de 2021 foi realizada, via remota, pelo programa Zoom Reuniões, das 19h00 às 22h00, a 15ª Reunião Ordinária do Pleno do Conselho de Cultura do Distrito Federal, com a presença dos seguintes conselheiros e conselheiras:

- Elizabeth Fernandes – Presidente do Conselho
- Iariadney Alves da Silva – Vice-presidente do Conselho
- Aline Maria da Silva Camilo – Conselheira Titular
- Fernanda Barbosa Adão - Conselheira Titular
- João Roberto de Oliveira Moro – Conselheiro Titular
- Pedro Paulo de Oliveira - Conselheiro Titular
- Rita de Cássia Fernandes de Andrade - Conselheira Titular
- Wellington José Lourenço de Abreu – Conselheiro Titular

A assessoria foi realizada por mim, Kenia Severo Pereira, Secretária Executiva do Conselho de Cultura do Distrito Federal.

Ao verificar o quórum mínimo necessário à abertura dos trabalhos, a Presidente do Conselho de Cultura do Distrito Federal, Sra. Elizabeth Fernandes, às 19h14, deu início à reunião ordinária com a seguinte pauta:

19h15 - INFORMES:

- Informes Gerais da Presidência

PAUTA:

19h30 - Lei Aldir Blanc – Presença do Secretário Executivo da SECEC, Carlos Alberto Júnior, para apresentar o planejamento da execução do saldo da LAB.

20h40 - Informes dos Conselheiros (Continuação):

- GT Regimento Interno

- GT Acessibilidade

- Outros

- Informes da Comunidade (até 03 inscrições - 2 minutos cada)

21h15 - Discussão do Regimento e operacionalização dos Comitês Macrorregionais: diretrizes, primeiros passos e resultados emergenciais esperados

21h30 - Aprovação de documento às Regiões Administrativas sobre uso e destinação de equipamentos culturais

21h45 - Processo de formação dos CRCs

22h - ENCERRAMENTO

ORDEM DO DIA:

A Presidente do Conselho de Cultura do Distrito Federal, a Sra. Elizabeth Fernandes, iniciou as atividades informando que a reunião de hoje será traduzida/interpretada para Libras pelas intérpretes Eridan e Isabel. Pediu aos presentes que procurem falar de forma mais pausada e evitem falar uns sobre os outros para ajudar no trabalho das intérpretes.

Informou aos presentes que a pauta de hoje será invertida em função da presença do Secretário Executivo Carlos Alberto Júnior, que fará os informes gerais até sua chegada, que está prevista para às 19h30, e que após a participação do Secretário seguiremos com a pauta como de costume.

Comunicou que ontem foi publicado, na página do CCDF, o resultado definitivo das candidaturas válidas para composição dos Conselhos Regionais de Cultura da Fercal, Núcleo Bandeirante e Park Way, que atingiram o número mínimo de candidatos para que as eleições possam ser realizadas. Comentou que as regiões administrativas de Arniqueira, Lago Norte, Lago Sul, Sia e Sudoeste/Octogonal não tiveram inscrições em números suficientes para formação dos Conselhos, embora as pessoas tenham trabalhado muito nesse sentido. Ressaltou que nas três regiões que conseguiram avançar para etapa de eleições houve uma mobilização intensa da comunidade, dos pontos focais, dos gerentes de cultura e das comunidades adjacentes. Parabenizou as comunidades pelo empenho das comunidades para que os Conselhos Regionais sejam formados.

Ainda falando de eleições, apontou que no mês de novembro findam os mandatos dos Conselheiros Regionais de Cultura da Candangolândia e de Taguatinga e sugeriu aos Conselheiros que o tema entre para a Pauta da 16ª Reunião Ordinária do Conselho para que possam deliberar sobre o novo processo eleitoral e verificarem se devem ou não incluir as regiões de Arniqueira, Lago Norte, Lago Sul, Sia e Sudoeste/Octogonal no pleito.

Informou que a Secretaria de Cultura lançou o programa Cultura Indica que vai ao ar toda sexta-feira, às 11h, ao vivo, pela Rádio Cultura FM e no Canal da SECEC no YouTube, com apresentação do João Moro e do Sérgio Maggio; contou que foi convidada para participar do programa dessa sexta-feira para falar sobre as campanhas e a mobilização da comunidade para a eleição dessas três cidades.

Avisou que a SECEC publicou o resultado provisório do chamamento público para contratação da Organização da Sociedade Civil que deverá realizar a V Conferência de Cultura do Distrito Federal e que a OSC Luta pela Vida foi habilitada que está em fase de análise da documentação e de possíveis recursos. Ainda falando sobre contratação, informou que o edital de chamamento para a capacitação dos Conselheiros Regionais de Cultura foi publicado no DODF de hoje.

Contou que a Feira da Torre convidou o CCDF a participar de um debate que acontecerá amanhã para falar sobre a Lei nº 6.923/2021, que reconhece a Feira da Torre como de relevante interesse cultural, social e econômico do Distrito Federal e que a Conselheira Fernanda Morgani representará o Conselho na reunião.

Comunicou que, como solicitado e deliberado pelo Pleno, o CCDF enviou ofício à Funarte questionando sobre o planejamento para o Centro-Oeste agora que o Complexo foi devolvido à Secretaria de Cultura e que aguardamos a resposta.

Informou que a Fundação Brasileira de Teatro enviou uma carta CCDF na qual solicita a inclusão da FTB na pauta do Conselho para tratar de assuntos emergenciais da instituição que é mantenedora da Faculdade de Artes Dulcina de Moraes e do Complexo Cultural que abriga o Teatro e o Acervo Dulcina de Moraes, que são patrimônios tombados pelo GDF. Fez breve leitura da carta, que constará nos anexos desta ata, assinada pelo Gilberto Rios e pela Liana Farias que estão presentes na reunião.

Terminados os informes gerais da Presidência, perguntou se algum Conselheiro gostaria de fazer um breve informe nos cinco minutos que faltam para a chegada do Secretário Executivo na reunião.

O Conselheiro João Moro pediu a palavra e informou que o GT de Acessibilidade se reuniu e concluiu que a melhor opção para formação da Câmara de Acessibilidade será por meio do lançamento de edital, para que possam dar maior visibilidade para essa pauta e falou que já está trabalhando em uma minuta, junto à AJL, que será apresentada ao GT e, posteriormente, trazida ao Pleno do CCDF.

A Presidente questionou se na primeira reunião ordinária de setembro já seria possível apresentar a minuta de edital, ao que o Conselho respondeu que sim. Ficando agendada a apresentação de minuta de edital de chamamento para composição da Câmara de Acessibilidade do Conselho de Cultura do Distrito Federal para o dia 14 de setembro de 2021, na 16ª Reunião Ordinária do CCDF.

A Presidente perguntou se outro Conselheiro tem algum informe que queira fazer até a entrada do Secretário Carlos Alberto, ao que a Conselheira Rita respondeu positivamente.

A Conselheira informou que se reuniu com os três presidentes dos Conselhos Regionais de Cultura da Macrorregião 03 para tratar sobre o processo de formação da lista tríplice. Comentou que o CRC do riacho fundo II já está com o edital de chamamento para a lista tríplice pronto, mas como a RA não tem essa cadeira, pararam para tratar de seu Regimento Interno. O Conselho de Cultura do Gama realizará na semana que vem um Seminário de Cultura e já está com a gerência de cultura na pauta. Também participou do CRC do Recanto das Emas que também quer iniciar esse debate. Finalizou apontando que os CRCs começam a debater sobre a formação das listas tríplices e que isso é bastante relevante e pertinente para o momento.

A Presidente sugeriu, caso o Pleno concorde, que incluam esse tema no ponto de pauta da próxima reunião ordinária do CCDF, inclusive chamando os CRCs e os gerentes de cultura, pois muitos estão com os mandatos de gerentes de cultura próximos do fim.

Ainda sobre o tema, informou que essa semana recebemos uma consulta via SEI da Administração Regional da SCIA/Estrutural solicitando a criação da Gerência de Cultura Esporte e Lazer. Falou que a demanda também foi encaminhada para a Secretaria de Economia, Secretaria de Governo e Secretaria de Cidades, contando com um parecer favorável da Secretaria de Governo que solicitou à Secretaria de Economia que tome as providências para criação do cargo. Comunicou que o CCDF foi favorável ao pleito e sugeriu que a Secretaria de Cultura endosse essa demanda.

Consultou se algum Conselheiro era desfavorável a esse ponto de pauta para a próxima reunião ordinária, ao que não houve manifestação em contrário; ficando definida que o processo de formação da lista tríplice será pauta da 16ª Reunião Ordinária do CCDF, com convocação dos Gerentes de Cultura e dos Conselhos Regionais.

A Presidente informou que o Secretário Carlos Alberto já estava presente na sala para falar sobre o planejamento para execução do saldo remanescente da Lei Aldir Blanc. Deu boas-vindas ao Secretário e lhe passou a palavra.

O Secretário Carlos Alberto externou sua satisfação em mais uma vez participar de uma reunião do Conselho e rever tantas pessoas, deu boa noite a todos e informou que sua participação na presente reunião era no sentido de trazer boas notícias ao Conselho, pois o Ministério do Turismo deu o sinal verde, através da Secretaria Especial de Cultura, para a execução segura, pois havia muita insegurança jurídica do ponto de vista do gestor, aplicação do resíduo da Lei Aldir Blanc que, apontou, não deixou de ser uma luta, não apenas da execução e regulamentação da lei, de toda a provação que todos passaram, mas também o empenho e regulamentação para que pudessem utilizar esse saldo residual.

Informou que o saldo a ser executado é de R\$ 3,8 milhões, falou que inicialmente o DF recebeu R\$ 36,9 milhões da Lei Aldir Blanc, sendo, aproximadamente, R\$ 19,2 milhões para estado e R\$ 17,7 milhões para municípios. Falou que, entre execução e pagamento, o DF ficou na casa de R\$ 33 milhões executados, ficando esse saldo de R\$ 3,8 milhões.

Comentou que a dúvida da Secretaria de Cultura, que a fez ficar aguardando as orientações da Secretaria Especial para agirem com mais segurança, era no sentido de entenderem quais seriam as regras para a aplicação. Se aplicariam para os Incisos I e II, obedecendo aos vinte por cento para o Inciso III, que seria o edital. Então, a dúvida da SECEC era sobre como seria esse procedimento.

Informou que a informação recebida essa semana foi que há um limite para aplicação do Inciso I, ficando limitado ao pagamento de não mais do que cinco parcelas, o que já foi feito pela Secretaria que pagou exatamente cinco parcelas aos beneficiários do Inciso I, já os Incisos II e III não teriam esse limite de pagamento de parcelas.

Apontou que na primeira leva da Lei Aldir Blanc a SECEC editalizou cerca de setenta por cento dos recursos para a linha III, o que equivale a cerca de R\$ 25 milhões. Assim, ficou a dúvida entre os Incisos II e III e como seria a regra de aplicação, mas que na distribuição de recursos dos Incisos I e II o governo suplementou o montante desses incisos. Dessa forma, foram ampliadas as parcelas do Inciso I, aumentando para cinco parcelas, e suplementaram também o Inciso II e, destarte, quase zerou o Inciso II, ficando o resíduo de R\$ 3,8 milhões quase que integralmente reservados ao Inciso III.

Comentou que a consulta da Secretaria de Cultura ao Ministério foi nos seguintes termos: se a Secretaria já ultrapassou o limite de cinco parcelas e para o Inciso III já foram aplicados setenta por cento desses recursos, como deverá aplicar o saldo remanescente, no Inciso II ou no III? Informou que a resposta recebida do Ministério foi que a Secretaria deverá editalizar esses R\$ 3,8 milhões, pois ele é oriundo do Inciso I e não poderia ser remanejado para o Inciso II.

Questionou se até o momento sua fala estava clara aos presentes, ao que foi respondido positivamente e deu continuidade.

Recapitulou sua fala e falou que o comando do Ministério é para que os R\$ 3,8 milhões devem ser editalizados. Nesse sentido, informou que desde sexta-feira colocou uma equipe técnica junto com o jurídico e que estão estudando um mecanismo para pegar aquele edital utilizado na Aldir Blanc, fazê-lo mais eficiente e mais célere num texto base. Saliou que não estão trabalhando com linhas, que está falando de propositura, estão estudando procedimentos, aprendendo com erros e acertos do processo, pois querem um instrumento que, do ponto de vista processual, seja mais célere. Apontou que essa equipe deve entregar esse documento entre o final dessa e o início da próxima semana. Dessa forma, solicitou mais um ponto de pauta ao Conselho para que possam, juntos, se debruçar em cima desse texto base e trabalhar na especificação de linhas e distribuição de valores.

Comentou que, a critério do CCDF, poderá disponibilizar esse texto base. Repetiu que o texto base não versa sobre linhas e vagas, pois isso a SECEC quer construir junto com a comunidade cultural. Assim, trará um texto base que trata da parte de instrução processual, que é a parte que tem que ter conformidade com a PGDF, para que não precisem submeter um novo texto à Procuradoria Geral. Assim, será um aprimoramento do primeiro texto base, pensando na eficácia de todo o trâmite de pagamento e recursos, para que fique muito mais claro.

Deixou duas possibilidades, como sugestão de encaminhamento. Que a Secretaria marque uma reunião com o Conselho para trabalhar nesse texto base, se debruçando na questão das linhas e vagas, ou já submete o texto à comunidade cultural via Google Docs, por exemplo, acolhe sugestões e já as incluem no texto e disponibilizam o edital.

Fez uma análise hipotética no seguinte sentido: se a secretaria trabalhar com um número de quinhentas vagas, contemplando pessoas físicas e jurídicas, a SECEC poderia, a exemplo do Imposto de Renda, trabalhar com lotes de cem pessoas a cada dez dias, para que assim cada pessoa saiba a data aproximada em que receberá seu pagamento, seja por ordem de inscrição ou ordem alfabética, a cada dez dias sairia um lote de cem pessoas; fazendo com que a equipe da SUAG, que é limitada e que não tem condições de fazer todos os pagamentos do dia para noite, pois a Secretaria não tem servidores o suficiente, e assem fazer uma organização com base em lotes para pagamentos e permitindo que a SUAG administre bem esse processo, desde que a equipe técnica faça todo esse processo de análise das inscrições e instrua todas as ordens de pagamento e as encaminhe à SUAG que executa o pagamento, no próximo lote o mesmo fluxo seria seguido, num trabalho contínuo e organizado, em que proponente poderá visualizar a que lote ele pertence e terá uma previsão de pagamento, evitando toda aquela ansiedade como ocorreu na primeira etapa da Aldir Blanc.

Reforçou que tudo isso está sendo estudado para que a Secretaria possa trazer à comunidade cultural, seja por reunião ou por um documento compartilhado, e acolher as sugestões, solicitações e dúvidas e

possam melhorar ainda mais esse documento e assim executar o quanto antes esse residual da Lei Aldir Blanc.

A Presidente apontou que, se entendeu bem, o edital será no formato de prêmio, onde a pessoa se inscreve, com o requisito mínimo, que está sendo trabalhado pelo jurídico, e em seguida seria encaminhado para o pagamento.

O Secretário Executivo informou que num primeiro momento pensaram nesse formato de prêmio, pois a Secretaria viu o desconto não é tão alto e, de certa forma, não gera uma contrapartida do proponente e que ele apenas receba esse recurso como premiação, como uma forma de suavizar o impacto que a classe cultural vem sofrendo nesse período pandêmico.

A Presidente agradeceu e informou que já temos pessoas inscritas no chat. Passou a palavra ao primeiro inscrito.

A Conselheira Neide Nobre, do CRC de Sobradinho, agradeceu a presença do Secretário Carlos Alberto e comentou que os grupos criados com o tema Lei Aldir Blanc foram mantidos, um dos grupos, chamado Lei Aldir Blanc DF, tem mais de duzentos membros, tem o outro grupo chamado prestação de contas do Inciso II. Então, apontou, diante da experiência, da vivência e da escuta das pessoas, é bom ouvir que vão pensar em executar esses recursos que ainda findam na conta com o Inciso III. Diante disso, sugeriu que os recursos sejam editalizados para agentes culturais, para CPFs e não para CNPJs, pois se fizerem uma conta rápida, esse R\$ 3,8 milhões alcançariam em premiação, com um teto de R\$ 4 mil, cerca de novecentos e cinquenta agentes seriam alcançados. Comentou que entende que a Lei Aldir Blanc, desde o ano passado, foi o único recurso a que muitos tiveram acesso e, por isso, já vê como uma luz a fala do Secretário Carlos Alberto. Apontou que não fala apenas por si, mas fala pela fala que acompanhou nesses grupos e que entende que o ideal é que esse recurso alcance um maior número de pessoas e que esse valor seja encarado como cachê, uma premiação para que possam sobreviver até a próxima luz no fim do túnel.

A Presidente leu uma pergunta deixada no chat pelo Conselheiro Wellington: “Secretário, o quanto antes é um prazo de quanto tempo mais ou menos? Podemos trabalhar com datas precisas?”

O Secretário Carlos Alberto comentou que enquanto a Conselheira Neide falava, que, coincidentemente, o Raphael Veiga postou seu boa noite no chat e se recordou de sugestões dadas em reuniões anteriores e que, lá atrás, o Raphael deu uma sugestão que converge com a sugestão da Conselheira e que essas sugestões são seus exercícios das madrugadas. Contou que ultimamente tem acordado às 2h50 e fica imaginando como resolver as questões da Secretaria e fica imaginando as sugestões. Lembrou que conversando com o Raphael nos corredores da Secretaria ele, assim como a Conselheira Neide, sugeriu esse edital de premiações para entes e agentes culturais. Comentou que já fez esse exercício de madrugada, também fazendo contas, e pensou: Se pegarmos todos os que têm CEAC e dividisse os R\$ 3,8 milhões daria aproximadamente quatro mil pessoas a receber o recurso, mas o que assusta o pessoal da SUAG é ter braços para rodar quatro mil processos de pagamento, pois é um número muito grande de pagamentos e ordens bancárias a serem geradas para o número de servidores que a Secretaria dispõe.

Falou com a Conselheira Neide que considera que a ideia de novecentos e cinquenta agentes culturais é boa e já está gravada para seu exercício da madrugada, mas que a ideia será deliberada pelo Conselho que são os representantes eleitos pela comunidade cultural para representá-la nessas questões importantes. Apontou que a ideia é boa, mas que necessitará de um critério de como selecionar novecentos e cinquenta agentes e essa é uma discussão que pode ser trazida para aprofundar esse texto base, quais critérios seriam elencados no texto para selecionar esses agentes, mas que não entrará nessa questão hoje, pois haverá tempo para que possam elencar cada um desses pontos para amadurecer mais o texto, até do ponto de vista de todos poderem pensar um pouco mais e trazerem as melhores soluções para a comunidade.

Com relação a pergunta do Conselheiro Wellington, respondeu que o quanto antes é tão logo a equipe técnica e a AJL que lhe deram um prazo até esse final de semana para entregar o texto base a Secretaria já o submeterá ao CCDF que o disponibilizará à comunidade cultural e, tendo esse texto, poderão trabalhar o cronograma junto às equipes técnicas para que possam atender o quanto antes. Comentou

que assim como a comunidade está ansiosa para receber esse recurso, a Secretaria também está ansiosa para prestar contas ao Ministério e finalizar esse ciclo.

A Presidente Elizabeth perguntou se esses quatro mil CEACs a que ele se referiu se estão incluídas as pessoas jurídicas, ao que o Secretário informou que colocou em um contexto geral para que possam trabalhar. Comentou que a proposta da Conselheira Neide é no sentido de só contemplarem pessoas físicas, mas que colocou de modo geral para que possam trabalhar ao longo da discussão. Ressaltou que a Secretaria não baterá o martelo sem conversar com o Conselho e com a comunidade e buscarem um consenso.

O Sr. Raphael Veiga cumprimentou a todos e agradeceu a presença do Secretário Carlos Alberto. Comentou que refletiu sobre a fala do Secretário sobre premiar todos que têm CEAC e que se todos forem premiados, seria um prêmio de R\$ 950,00 e que isso não é um valor plausível para a necessidade atual da comunidade cultural. Apontou que quando falam em prêmios de R\$ 4 mil, estão falando de um valor que funcionou, funcionou nos prêmios FAC, no valor mais baixo da Aldir Blanc. Nesse contexto, questionou se haveria uma suplementação do valor para que possam premiar tanta gente. Ressaltou que os prêmios de R\$ 4 mil, terão desconto de, aproximadamente, R\$ 260,00, enquanto que R\$ 950,00 não teria descontos por estar abaixo do valor mínimo da premiação, mas, apontou, não sabe se isso é interessante, pois é algo que precisa ser pensado, pois, como falado pela Conselheira Neide, estamos em um momento que os recursos são escassos e que existe um distanciamento e que alguns receberam algum recurso em dezembro de 2020 e nada mais depois e, por isso, é preciso pensar em um valor que seja bom e pertinente para cada pessoa que for contemplada possa ter um respiro.

A Sra. Josiane, do Núcleo Bandeirante, apontou que é importante levar em consideração o que aconteceu no último edital da Aldir Blanc e os exemplos que temos pelo Brasil, pois acredita que projetos que possam executar coisas, em ações e atividades, dentro desse novo edital. Assim, num primeiro momento acreditam que deve se pensar nos projetos que não foram contemplados no primeiro edital e, por outro lado, executar projetos que tenham desdobramentos para a comunidade e para a sociedade civil.

O Secretário Carlos Alberto comentou que agora serão várias pessoas pensando com ele nas possibilidades e que pensa que o ideal é que o texto base seja compartilhado com a comunidade cultural o mais rápido possível e que a partir daí o Conselho decide se marca uma outra reunião para colher as sugestões e pontos de vista para que a Secretaria possa, o máximo possível, contemplar os desejos da comunidade e trabalhar essa métrica. Comentou que acredita que no máximo na segunda-feira esse texto poderá ser disponibilizado para que possam decidir como fazer, se marcam uma nova reunião e que não falará nada agora, pois a ideia é ouvir as sugestões e que trará mais sobre a questão processual e que o objeto, o mérito e a métrica serão trabalhados em conjunto, convergindo com todas as sugestões e trabalhando de forma democrática, ouvindo a maioria, mas também a minoria, e fazendo todo esse balanço.

A Presidente comentou que se o Pleno concordar com a ideia, assim que a Secretaria enviar o texto base o Conselho o enviará à comunidade e chamaria uma reunião extraordinária para dali a dois dias, que seria o tempo para que todos analisem o documento e traga sugestões na reunião a ser convocada.

A Conselheira Neide Nobre trouxe para reflexão do pleno a situação da comunidade cultural e apontou que é preciso fazer um balanço e trazer como um aprendizado o que ocorreu na execução da primeira fase da LAB. Apontou que tem o conhecimento e fala com muita tranquilidade, por ter acompanhado e ouvido muitas pessoas que tiveram acesso ao recurso, que existe uma expectativa e ansiedade das pessoas que não conseguiram receber o recurso na primeira fase da LAB e que ainda tem expectativas de receber algum recurso para garantir sua sobrevivência. Salientou que quando fala de não editalização para projetos, fala diante de depoimento de pessoas que tiveram suas inscrições para projetos no Inciso III, que os projetos trajetória, conhecimento e reconhecimento, pois foram executados, porém, ao terem acesso ao recurso, pois não tinham um repasse aos envolvidos no projeto, muitos ficaram com o recurso e que é uma preocupação, pois viram muitos recebendo R\$ 50 mil, R\$ 25 mil, e se tivesse distribuído esse recurso, que é emergencial, para as pessoas envolvidas no projeto e que tiveram seus ofícios interrompidos por causa da pandemia e pararam de monetizar, pessoas que viviam de seus ofícios. Ressaltou que sua fala é no sentido de uma reflexão, pois, infelizmente, R\$ 3,8 milhões parece muito dinheiro, mas que não é.

Então, apontou, traz uma fala para que o recurso chefe na conta daqueles que estão no sufoco e que os critérios para esse acesso sejam trazidos a essa Plenária para que as pessoas se comprometam e se envolvam, com empatia com seus pares.

Finalizou dizendo que é importante lembrar que o CCDF garantiu a Lei Aldir Blanc como pauta desde muito tempo atrás até que o tema se esgote, que todas as necessidades da LAB tenham sido atendidas, até o fim da prestação de contas do Inciso II.

O Sr. Sartory agradeceu a Secretaria e a todos os envolvidos, comentou que é um profissional com experiência de duas décadas em produção e captação de recursos. Comentou que, pessoalmente, ajudou quinze projetos a efetivarem suas inscrições, em diferentes categorias, e que todos foram contemplados e comentou que é triste ter que relatar que, realmente, algumas pessoas de coletivos, que não receberam, como chamou, valores individuais, não repassaram os recursos de forma coletiva como deveria ser. Comentou que a fala da Conselheira Neide é um fato, que existem vários casos e que acredita que isso precisa ser olhado com muita atenção, pois colocar um “atravessador” para otimizar o número de processos a serem avaliados, mas na prática, sem que tenha uma contrapartida, é outra história.

Comentou que já está acostumado com o preenchimento de formulários e entende que a secretaria teve a melhor das intenções quando colocou vários critérios no preenchimento, mas que na prática o que viu acontecendo com vários artistas que não trilharam uma carreira de militância, muitos com três décadas de trabalho, seja na parte técnica, artística ou em algum segmento do setor artístico e que não estavam comprometidos, ou que não conseguiram comprovar algum projeto junto às comunidades LGBTQIA+, indígena ou preta etc., essas pessoas que não estavam se enquadrando e que não conseguiram uma pontuação, ficaram de fora. Comentou que acha que os critérios ficaram muito conectados à questão social e fez com que muitos ficassem de fora, pois tinham mais estrada artística e tinham mais conhecimento na área técnica do setor cultural do que outras pessoas que foram contempladas porque estavam mais vinculadas a forma como o formulário estava sendo preenchido.

Repetiu que entende que precisa ter um critério e que esse foi o critério que a Secretaria ou as pessoas que estavam envolvidas conseguiram emplacar para ter um critério, mas que, como artista, entende que pessoas que tinham uma trajetória, que tinham o direito de receber o dinheiro acabaram ficando de fora por não estarem ligados a movimentos sociais. Finalizou deixando como reflexão a questão de muitas pessoas terem ficado de fora por não conseguirem preencher quesitos sociais.

A Conselheira Rita cumprimentou o Secretário, falou que é sempre bom vê-lo no Conselho e o agradeceu por trazer essa notícia que poderão finalizar o recurso da Lei Aldir Blanc. Apontou que, como a Conselheira Neide falou, infelizmente existem pessoas que o único recurso que obtiveram foi o recurso da Lei Aldir Blanc e, infelizmente, existem pessoas que nem esse recurso conseguiram alcançar e que existe uma lista muito grande de pessoas que ficaram de fora e existe uma lista muito grande também de pessoas sem resposta de porque ficaram de fora. Dessa forma, perguntou ao Secretário como ele pensa solucionar essa questão? Se pensa em incluir essas pessoas? Falou que foram muitos os produtores, artistas, gente do circo que ficaram de fora.

Lembrou à comunidade, aos Conselheiros e todos os presentes que o CCDF produziu um formulário para análise do processo de execução da Lei Aldir Blanc, comentou que a Secretária Executiva do CCDF informou que até o momento só cinquenta e poucas pessoas responderam esse formulário. Reforçou a importância do preenchimento para que o Conselho possa apresentar o quanto antes ao Secretário Carlos Alberto e sua equipe, pois no formulário os beneficiários, e também aqueles que não foram contemplados, poderá fazer uma avaliação mais assertiva sobre onde foram os grandes erros e os grandes acertos da Secretaria de Cultura nesse processo, para que possam avaliar e verificar como melhorar esse processo.

Comentou com o Secretário que é preciso que tudo tenha muita celeridade para que possam dinamizar essa nova etapa da Lei Aldir Blanc, que ela possa acontecer com muita comunicação, pois para ela, que participou muito ativamente do processo, a grande falha foi quando a Secretaria se fechou para o processo de comunicação, o que gerou, em diversos momentos, uma grande aflição na comunidade cultural e que agora, com um volume muito menor, como falado pela Conselheira Neide, parece muito, mas é pouquíssimo diante da necessidade do setor. Fez votos para que o recurso seja executado com a maior celeridade possível, da maneira mais simples para que aqueles que não conseguiram ser

contemplados possam ser lembrados dessa vez e que, acima de tudo, o tempo todo haja um canal de comunicação aberto entre a Secretaria de Cultura e a comunidade cultural, tanto para ouvir suas sugestões quanto para responder suas dúvidas.

A Sra. Josiane insistiu na questão do edital passado e nos projetos que por algum motivo não foram contemplados, como é o seu caso, dizendo que nesse novo edital tenham em mente que os projetos sejam realizados, que as pessoas recebam os recursos e possam realizar projetos. Exemplificou o caso de alguns projetos que tem conhecimento, nos quais os projetos serão executados porque as pessoas os quiseram executar, mas não porque foram obrigados a isso. Reiterou que alguns projetos que, por motivos que até hoje desconhece, não foram contemplados e que agora é importante que o sejam; que a primeira linha desse novo edital deve ser essa e que, de alguma forma, esses projetos sejam executados. Que seja uma música, um ator ou um festival, que o contemplado possa executar algo com o recurso recebido e cause reverberação, como aconteceu no Rio de Janeiro, na Bahia, que até hoje têm projetos que estão reverberando; e que não tenho dentro dessa perspectiva, desse arcabouço do que restou, até que chegue a Lei Paulo Gustavo, que será uma outra luta, que possam ter a prática do ofício da cultura, que tenham a prática do ofício da arte, pois isso é importante dentro do edital e que o que foi colocado na inscrição e que seja aprovado um projeto para execução dos projetos e que os que não foram contemplados sejam os primeiros dessa linha, para corrigir o que não foi feito naquela época e que os projetos estão sofrendo até hoje, com projetos importantes que não foram contemplados.

A Conselheira Tereza Padilha comentou que essa pauta é importantíssima e que não podemos esquecer dos espaços de cultura que estão fechando as portas, que são muitos os espaços que estão fechando e que isso é um fato lamentável. Apontou que é preciso ter muitos outros projetos para não permitir que tantos espaços importantes do DF fechem suas portas. Com relação aos que não receberam por algum motivo, falou da necessidade de serem analisados. Apontou que é importante ter projetos de arte e cultura para levar, mas que isso só é possível quando se tem uma verba que permita se fazer isso, pois não é barato e não é possível executar um projeto de levar alguma coisa com R\$ 4 mil, é impossível.

Ponderou que uma lei emergencial precisa ser rápida e ter datas. Comentou as falas sobre a comunicação entre a Secretaria e a comunidade ressaltando a importância dessa comunicação para que não se tenha achismos que acabam por machucar toda a classe.

Falou que sempre vai insistir para que não deixem os espaços de arte e cultura fecharem e que a secretaria de Cultura precisa estar de mãos dadas com esses espaços e com os artistas que desenvolvem grandes projetos nessa cidade.

Finalizou com votos para que tudo dê certo nessa nova etapa da Lei Aldir Blanc.

A Presidente comentou com o Secretário que ainda temos dois inscritos e perguntou se deseja comentar as últimas falas antes de lhes conceder o momento de fala, ao que o Secretário falou que, basicamente, irá submeter o texto base do edital à comunidade cultural para que possam fazer uma discussão qualificada das métricas e linhas, em uma conversa mais concreta e que possam convergir todas as sugestões. Apontou que, como falado pelas Conselheiras Neide e Rita, a verba dessa vez é bem menor e, por isso, é preciso otimizar sua utilização em um espaço qualificado e reservado só para isso, para que possam trabalhar as sugestões, discutir e colocar em votação para construção de um texto final.

A Conselheira Lara agradeceu a presença do Secretário e comentou que faria propostas, mas como terão um momento para isso, mas que como ele comentou que já está refletindo sobre algumas propostas, sugeriu que as pessoas que não receberam possam ter prioridade e que possam pensar também com relação à renda, pois sabemos que muitos só receberam o recurso da Aldir Blanc e, por isso, acredita que seja possível pensar em um critério de renda. Comentou que, com relação ao valor, pensou que poderiam colocar o prêmio com um valor de R\$ 3,8 mil, que não é muito diferente com relação ao recurso financeiro, mas que com essa diminuição no valor do prêmio seria possível aumentar uns cinquenta agentes beneficiados.

A Conselheira Rita comentou que se já existe uma predisposição para que o prêmio seja no valor de R\$ 4 mil, não existe a menor possibilidade de se cobrar execução de projeto para uma pessoa que está no nível de dificuldade que o setor vem atravessando, aí se dá um prêmio de R\$ 4 mil e cobrar um projeto ou qualquer nível de ação de volta. Ressaltou que um prêmio de R\$ 4 mil é para a pessoa, no mínimo,

colocar suas contas em dia. Comentou que muitos estão parando de frequentar lives e reuniões porque não tem internet e lembrou que é muito triste de ver que lá atrás alguns companheiros tiveram que vender seus instrumentos e agora estão vendendo outros equipamentos, fazendo rifas etc. para manter seus espaços abertos, vendendo o que pode e o que não pode, vendendo coisas que outrora foram símbolos do progresso de suas empresas, de suas produtoras que tiveram que vender para se manter, para pagar impostos e contas como a de internet para que possam se manter vivos e se comunicando nesses novos formatos.

Finalizou reiterando que se o prêmio for de R\$ 4 mil não faz absolutamente nenhum sentido se cobrar nada dos beneficiários, pois é um auxílio emergencial para uma categoria que de fato está precisando muito de auxílio e com máxima celeridade.

A Presidente comentou que o Secretário precisa se retirar e que a proposta que ele deixa para o Conselho é para que o texto base seja disponibilizado para a comunidade, o que deve ocorrer até segunda-feira, provavelmente, dar dois dias para que todos possam analisar e convocar uma extraordinária para discutir as propostas e linhas, se trabalharão nessa linha de beneficiar mais gente com valores menores ou numa linha com menos gente. Colocou que, se o Conselho estiver de acordo com essa proposta, já podem fechar a participação do Secretário.

O Pleno do CCDF concordou com a proposta ficando definido que uma reunião extraordinária será convocada para a próxima quarta ou quinta-feira e que tão logo o texto base seja disponibilizado o Conselho o divulgará amplamente, junto com a convocatória para a reunião extraordinária.

Agradeceu a presença do Secretário Carlos Alberto, a disposição de trabalhar junto ao Conselho e reconhecer sua importância nessa discussão.

O Secretário comentou que algumas pessoas vêm procurando a Secretaria para tirar dúvidas sobre o edital que foi lançado pelo BNDES e que compartilhará o edital no WhatsApp da Presidente para que ela, de repente, possa compartilhar com algumas pessoas; falou que o edital ainda está aberto e que a Secretaria estudou para verificar a possibilidade de ser proponente desse edital que contempla projetos com até R\$ 10 milhões, com contrapartidas do BNDES. Falou que o edital está bem-feito e bem explicado, mas que a Secretaria não pode ser proponente frente ao BNDES por ser da administração direta e essa é uma das vedações do edital, que existe um regramento, mas que está bem explicado e considera essa uma oportunidade para aqueles que já têm projetos prontos e podem concorrer a esse edital.

A Presidente agradeceu e informou que assim que o Secretário lhe enviar o edital irá compartilhar no grupo do Conselho e em outros grupos para que aqueles que tenham interesse possam se inscrever, pois essa é uma excelente oportunidade de trazer mais recursos para a cultura do Distrito Federal.

A Conselheira Rita reforçou para que a comunidade cultural, assim como os Conselheiros de Cultura, possa responder e divulgar o formulário de análise da aplicação da Lei Aldir Blanc para que possam entender os erros e acertos da primeira fase de execução e agora, junto com a análise desse texto base possam, a partir da análise desses erros e acertos, fazer uma proposta na o novo edital, pois acredita que isso seja muito importante da execução do saldo remanescente da LAB. Finalizou mais uma vez agradecendo a presença do Secretário.

O Secretário se despediu de todos e se retirou da reunião, ao que a Presidente deu continuidade com pauta de reunião, indo para os informes dos Conselheiros. Informou que a pauta trouxe como informes pré-definidos os informes do GT de Acessibilidade, que o Conselheiro João já passou ao Conselho, e os informes do GR do Regimento Interno. Passou a palavra à Conselheira Aline.

A Conselheira Aline cumprimentou a todos e informou que o GT se reuniu e chegou à conclusão de que realmente, como havia falado anteriormente, na 13ª Reunião Ordinária do Conselho, que a minuta de Regimento que foi encaminhada pelo Conselho tratava-se do mesmo documento que conta na Resolução nº 01/2018. Assim, apontou que o Regimento aprovado pelo CCDF, o Regimento dos CRCs, é o mesmo regulamento que foi encaminhado para os CRCs.

Comentou que ao observarem esse documento o grupo técnico concluiu que alguns pontos precisam ser incluídos na proposta de Regimento que foi encaminhada aos Conselhos Regionais e que essa não contempla todos os normativos que um regimento necessitaria. Dessa forma, a proposta do grupo é que

seja realizada uma reunião extraordinária, fechada, para tratar especificamente disso, da necessidade ou não de acrescentar alguns dispositivos à minuta de Regimento que foi enviada pelo CCDF aos CRCs e às Administrações Regionais. Apontou que o grupo considera importante a realização dessa reunião, com a presença de todos os Conselheiros, para que seja discutido de forma mais aprofunda o tema.

Perguntou se a Conselheira Rita e o Conselheiro Pedro Paulo, que participaram do grupo técnico, se querem acrescentar algo mais.

A Conselheira Rita concordou que é isso que fizeram uma reunião e chegaram a essa conclusão, mas que estavam apenas em três e entendem que é uma decisão a qual todos devem participar, tendo em vista que ao lerem o documento sentiram falta de alguns pontos que são muito importantes para que os CRCs estejam atentos e para que seja incluído em seus Regimentos. Dessa forma, a proposta do grupo é essa colocada pela Conselheira Aline, que façam uma reunião extraordinária fechada e com pauta única, para que possam fechar esse assunto.

O Conselheiro Pedro Paulo ressaltou a importância da reunião do grupo de trabalho e falou que entendem que todos os Conselheiros devem se envolver nesse debate, não bastando os membros do GT, pois existem algumas lacunas que precisam ser complementadas.

A Presidente Elizabeth comentou que, em respeito ao trabalho do GT, acredita que é importante fazer essa complementação e aprimorar o trabalho que foi feito e suprir as necessidades que surgem.

O Conselheiro Wellington solicitou uma questão de ordem e questionou se entendeu direito: se estão voltando mais uma vez na questão da minuta do Regimento Interno dos CRCs?

A Presidente respondeu que sim, que esse é um tema que está em pauta há, aproximadamente, uns dois meses e que, inclusive, o Conselheiro Wellington havia sido convidado a participar do grupo de trabalho.

O Conselheiro Wellington comentou que se recorda e que lhe parece que estão correndo atrás de uma roda de samsara. Falou que é importante perceber que a Conselheira Lara localizou a tempo o documento e disponibilizou ao Conselho, que as regionais acusaram o recebimento e alguns já fizeram as alterações e devolveram ao CCDF. Questionou se irão mexer numa minuta que se parece com a Resolução de 2018, essa resolução fala que é um regulamento, o CCDF colocou como uma minuta de Regimento e agora vão voltar a falar sobre isso uma vez que a função do CCDF, disposta no Regimento do CCDF e na própria lei, conta que devem disponibilizar uma minuta. Questionou que se tiver alguma alteração nesse decorrer se não seriam os CRCs a fazer essa alteração? Perguntou o porquê de estarem mexendo nessa minuta e comentou que o CCDF está assumindo a postura de virar babá dos CRCs, pois todos os CRCs já receberam essa orientação e agora devem se debruçar sobre esse documento, seja regulamento ou regimento, e devolver na forma e com os ajustes que considerem necessários.

Apontou que o CCDF está perdendo tempo gigante ao não devolver aos CRCs o que já deveriam ter analisado, pois já devolveram ao Conselho. Chamou o Conselho a consciência, pois estão voltando a um tema que já virou pauta diversas vezes e que pensou que esse tema já tinha se resolvido, mas não está resolvido e que agora estão sendo chamados a atenção que o regimento está errado e que precisa ser melhorado. Recomendou calma ao Conselho e falou que a minuta já foi entregue, agora deve ser melhorada e devolvida ao CCDF.

Comentou que nem sabe se o Conselho tem essa competência de analisar e aprovar esse Regimento, uma vez que os CRCs têm essa própria competência de acordo com a Lei Orgânica da Cultura. Apontou que sempre estará à disposição para discutir esse tema, mas que ele já foi discutido e considera bem prejudicial, pois estamos às vésperas das eleições para o CCDF e não podemos perder tempo com isso.

A Presidente comentou que esse assunto já foi ponto de pauta, já foi debatido, foi formado um GT, o GT pediu prorrogação de prazo, trabalhou e apresentou suas conclusões. Assim, em respeito ao GT e a conclusão que apresentou, em respeito às demandas que estão chegando dos CRCs, que estão enfrentando diversas dificuldades na condução do seu dia-a-dia, com lacunas que não conseguiram preencher em seus regimentos; a proposta é aprimorar o regimento que já foi feito, já existe uma base, elaborar uma minuta e encaminhar aos CRCs para que possam aprimorar seus Regimentos, a grande maioria não fez ainda, para que os que não fizeram possam fazer e encaminhar ao CCDF para análise e

aprovação. Apontou que nos casos que o texto encaminhado seja diferente da minuta, poderão encaminhar a AJL para análise.

Dessa forma, informou que acata a decisão do GT sobre a realização de uma reunião extraordinária fechada para tratar do tema. Apontou que poderão marcar a reunião posteriormente, para o mês de setembro, pois esse mês o Conselho já tem muitas demandas e já tem uma outra extraordinária a ser marcada. Comentou que as Conselheiras Fernanda e Aline concordaram com a reunião no chat, assim como o Conselheiro João; a Conselheira Rita e o Conselheiro Pedro Paulo fazem parte do GT e já se manifestaram a favor.

A Conselheira Rita comentou que a falta de fato tem se estendido, mas que não foi esclarecido até o momento. Apontou que foi criado um GT, as pessoas se debruçaram. Falou que foi até o e-mail e entendeu o que está acontecendo e diante das diversas reivindicações que o CCDF vem recebendo dos CRCs, considera pertinente que o CCDF faça um debate interno, fechado e caso haja necessidade de complementação que reenvie aos CRCs.

Apontou que o GT estava aberto, que todos os Conselheiros poderiam ter participado e se manifestado, mas o GT foi formado por apenas quatro pessoas que se reuniram, estudaram e apresentaram uma proposta e a proposta é para que não discutam o tema em uma reunião aberta, a proposta é para que façam uma reunião fechada e focada para que de fato solucione. Lembrou que a Conselheira Aline vem sinalizando isso a diversas reuniões, então, de fato, é preciso chegar a um ponto final.

Comentou que chegaram a uma conclusão e que, o Conselheiro Wellington ficou bastante incomodado, a Conselheira Iara também, apenas três pessoas não podem encerrar esse debate, foi essa a conclusão do GT. Então, repetiu, a proposta é de uma reunião extraordinária fechada, com a presença de todos os Conselheiros para que possam bater o martelo e resolver a questão, pois três Conselheiros não podem decidir pelo Pleno e trazer uma proposta dizendo que está tudo certo e deixar como está, sendo que existem dúvidas e questionamentos que foram levantados e que ao ler documento enviado ele reflete várias questões que os CRCs têm levantado, pois não conta no Regulamento que foi enviado.

Ressaltou que está fazendo uma defesa da necessidade do CCDF se reunir para debater isso, pois será um documento que posteriormente estará sempre dando suporte aos CRCs. Agradeceu à Presidente por ter acatado a proposta, mas ainda assim defende que o CCDF precisa se reunir para melhorar o documento que é de extrema importância para os CRCs.

A Conselheira Iara comentou que na última reunião, de fato, se posicionou de forma contrária, como apontado pela Conselheira Rita, mas que reconhece o trabalho que o GT teve. Levantou as seguintes questões: (i) de fato foi encaminhado esse regulamento que é para composição e funcionamento dos CRCs, encaminhado em janeiro para todos os CRCs; (ii) alguns CRCs já trabalharam em cima desse regulamento; (iii) por que o documento foi denominado “Regulamento”? porque quem elabora o Regimento é o próprio CRC. Assim, colocaram as normas gerais e o que era específico os CRCs teriam que fazer.

Apontou que vários CRCs trabalharam nessa minuta que têm todas as questões de funcionamento, composição de CRCs, alguns artigos foram tirados da LOC e assim foi feita a instrução desse documento e que, inclusive, o documento modelo foi encaminhado em Word para que os CRCs pudesse realizar as alterações direto no documento. Falou que entende que esse trabalho já foi feito, porém, o GT fez esse estudo e continuam as dúvidas, não se opõe a realização da reunião, mas pediu que levem em consideração o trabalho dos CRCs que já elaboraram seus Regimentos Internos com a minuta que o CCDF encaminhou, para que o trabalho que os CRCs fizeram não seja atrapalhado, pois alguns levaram meses só elaborando seus Regimentos Internos.

Reiterou que não se oporá a reunião, até para que possa entender o que está acontecendo de dúvida, mas que acredita que a questão está mais resolvida que alguns Conselheiros.

A Conselheira Fernanda comentou que a fala da Conselheira Iara já a contemplou em muita coisa, mas que deseja já fazer uma solicitação de encaminhamento para essa reunião que será agendada para tratar especificamente do Regimento Interno. Falou que está de acordo com a realização da reunião, pois o Pleno deliberou a formação do GT, que debatessem o assunto e o trouxessem ao Pleno. Observou que estamos em um momento diferente, que a minuta foi construída antes da pandemia e que, de fato,

algumas coisas precisam ser complementadas e que isso é uma oportunidade, embora também seja um retrabalho.

Lembrou que o Conselheiro Wellington citou que existe uma outra versão, que não foi encaminhada e falou que o CCDF precisa fazer novamente um aparato dos documentos que correspondem ao encaminhamento, se o GT não tiver feito, mas que acredita que já foi feito. Nesse sentido, solicitou que dessa reunião extraordinária a Secretária Executiva do Conselho possa colaborar no sentido de que tudo que seja debatido e deliberado que já seja imediatamente registrado para que saiam da reunião com pelo menos oitenta por cento dele pronto, para que os Conselheiros não precisem mais uma vez se debruçar sobre o documento por três meses. Recordou que no período de sua gestação o Conselho trabalhou com muito afinco nesse documento e que novamente voltam a uma pauta que já foi trabalhada.

Apontou que é necessário saber filtrar, como filtrar e como deliberar se isso não é uma maioria, já que existem Conselheiros e Conselhos que já se manifestaram sobre esse trabalho, fizeram esse detalhamento e, também, que quando na época foi deliberado, foi para que esses Conselhos fizessem um exercício de complementar com suas realidades regionais e que é aí que acredita existirem lacunas.

A Presidente agradeceu e comentou que acha a proposta ótima, até porque o Conselho já tem um documento base e que só irão aprimorá-lo e que os poucos que já fizeram, se quiserem, podem melhorar seus Regimentos.

A Conselheira Rita se dirigiu às Conselheiras Fernanda e Lara e comentou que o GT super considerou os Regimentos que já foram encaminhados ao Conselho, que debateram muito sobre isso para que nenhum CRC tenha que refazer seus regimentos, que não se trata disso. Apontou que pelo que o GT viu, trata-se muito mais de um complemento de alguns itens que podem dar suporte aos CRCs, não interferindo de nenhuma forma na liberdade que os CRCs têm de criar seus normativos. Ressaltou que não se trata de uma interferência nessa liberdade, mas que o GT viu a necessidade de complementar a minuta com alguns regimentos.

Brincou com o fato de raramente combinar seu voto com os Conselheiros de governo, mas, o GT se debruçou sobre o tema, apontou que leu o documento e que a Conselheira Aline está certa ou estão analisando o documento errado. Concordou com a fala da Conselheira Fernanda e propôs aos companheiros de GT que já tenham uma proposta mínima de complementação para a reunião e solicitou que se estão dizendo que o GT está analisando o documento errado, que apresentem o documento correto, pois o documento que estão analisando é uma cópia da Resolução nº 01/2018, que foi enviado no formato de minuta de Regimento e que lá tem várias coisas, que são documentos que têm fins diferenciados.

Concluiu reiterando que se, de fato, o GT está analisando o documento errado, que alguém, por favor, esclareça e apresente o documento correto para o CCDF, para que possa ser levado ao GT para debate e que possam, quem sabe, chegar à reunião e poderem dizer que está tudo certo ou que o GT possa ir munido de uma proposta de complementação daquilo que sentiram falta.

A Conselheira Lara falou que não irá adentrar, pois já comentou o porquê de ser Resolução e o porquê de ser regulamento e não Regimento Interno, o que o Conselho teria que publicar, pois não podem publicar a Regimento Interno de CRC, ao que a Conselheira Rita apontou que o que está escrito é que disponibilizariam uma minuta de Regimento Interno.

A Conselheira Lara concordou e comentou que quem deu esse indicativo ao Conselho foi a AJL. Contou que lá atrás foi feita uma consulta com a AJL, onde o Conselho apontou que precisava encaminhar um modelo de Regimento Interno e que veio a orientação dizendo que precisava ser em formato de Resolução, com o regulamento dos CRCs, que o regulamentos dos CRCs nada mais é do que regras gerais do seu Regimento Interno. Apontou que acredita que a confusão seja apenas com relação aos nomes e que não sabe se existe outra dúvida, mas que isso pode ser discutido na reunião; mas o que gostaria de colocar nesse momento, é para que o Conselho leve para a reunião um encaminhamento acerca dos CRCs que já encaminharam seus regimentos internos, que alguns encaminharam há algum tempo e estão aguardando essa devolutiva. Assim, solicitou que esse ponto também fosse tratado na reunião.

A Presidente concordou, falou que de fato é importante e que de sua macrorregião recebeu apenas uma proposta de Regimento. Lembrou que, lá atrás, ficou acordado que cada ponto focal olharia as propostas

de Regimento de sua macrorregião, que apresentariam ao Pleno e, em caso de dúvida, devolveriam para análise. Comentou que devolveu a proposta para correção, sem passar pelo Pleno, pois era um erro crasso, falava de mandatos de quatro anos, mas que até o momento o CRC não devolveu o documento com as correções.

Dessa forma, ficou definido que o Conselho convocará uma reunião extraordinária fechada para setembro, com data a ser definida, para que possam trabalhar numa base, para que seja uma reunião produtiva e para que possam finalizar a questão.

A Conselheira Neide comentou que estão falando em regramentos para os Conselhos Regionais de Cultura e que gostaria de falar do que ela está vivenciando no momento e que acredita que seja o caso de outros Conselheiros Regionais. Contou que, por todo seu conhecimento e por toda sua pesquisa, tem dificuldade de falar daquilo que não tem conhecimento e que não tem propriedade, Apontou que muitos Conselhos Regionais conseguiram avançar porque muitos dos Conselheiros já tinham uma certa experiência nesse movimento, desse processo, mas que muitos concelhos estão aguardando uma capacitação, que precisam se apropriar dos dispositivos da LOC, dos seus fazeres, do que têm como dever e obrigação para que possam elaborar um regulamento/regimento.

Falou que percebe que muitos Conselheiros não estão sabendo a que vieram, que estão confundindo alguns fazeres e estão adentrando em ações até de Gerência de Cultura, que estão trazendo para os Conselhos questões dos seus fazeres culturais, ou seja, ainda estão em um momento de entendimento de seus papéis.

Comentou que trouxe essa questão para uma reflexão de todos. Ressaltou que entende, respeita e valoriza todo o trabalho dos Conselheiros diante desse esforço de ofertar aos Conselhos uma minuta, para que os CRCs possam trabalhar em cima dela, adequando a suas diversidades, mas que ainda estão com um curto período de execução e que ainda têm desconhecimentos para que possam se apropriar de uma coisa tão importante, para que possam se posicionar diante de um documento tão importante.

Falou que entende que a demanda do Conselho é muito grande, que entendem isso mais ainda quando vem para as reuniões do Conselho, pois além das demandas do próprio CCDF, o Conselho ainda é um ponto de apoio aos CRCs que até o momento são vinte e três, mas que o ideal seria serem trinta e três. Nesse sentido, comentou que é importante que os pontos focais tenham apoio dentro das RAs, por meio de pontos de referência dentro das Regiões Administrativas, pois isso ajudaria no processo de consolidação e fortalecimento das instâncias.

A Presidente agradeceu e disse que existe bastante verdade na fala da Conselheira, lembrou que nos Informes da Presidência informou que foi publicado o edital de chamamento para contratação da OSC que fará a capacitação dos Conselhos Regionais com temas que a experiência tem mostrado que são necessários. Comentou que graças à comunidade, aos Gerentes e a própria Conselheira Neide que ajudou muito, ao que parece teremos mais três Conselhos e que agora temos que ajudar essas três regiões com as eleições para que consigam formar os Conselhos direitinha.

Finalizada a questão, abriu para os informes dos Conselheiros de Cultura.

A Conselheira Rita comentou que gostaria de informar sobre a carta que o CCDF recebeu da Fundação Brasileira de Teatro, ao que a Presidente informou que fez a leitura da carta no início da reunião.

A Conselheira Rita informou que gostaria de propor que a questão do Dulcina seja trazida para um ponto de pauta, tendo em vista que esse espaço está pedindo socorro ao Conselho e que coloquem em ponto de pauta para que possam ver como o CCDF pode colaborar com esse importantíssimo ponto de formação de profissionais, artistas e educadores.

A Presidente abriu a sugestão da Conselheira Rita para que os demais Conselheiros avaliem sua proposta de colocar o tema como ponto de pauta de uma das próximas reuniões ordinárias do Conselho.

A Conselheira Rita complementou apontando que na carta enviada pela FTB eles fazem algumas proposições e pedem pontualmente que o Conselho auxilie em pontos muito específicos e, por isso, reitera a necessidade de trazer o assunto para um debate mais aprofundado, sobre quais são as ferramentas e instrumentos que o CCDF dispõe para apoiar a Fundação Brasileira de Teatro, a Faculdade

Dulcina de Moraes e todo o Complexo, que inclui o acervo de Dulcina. Assim, são vários pontos em que a FTB pede socorro.

A Presidente agradeceu à Conselheira Rita e abriu para a manifestação dos demais Conselheiros.

A Conselheira Fernanda comentou que pensa que o Conselho pode fazer uma recomendação ao Secretário para que a Secretaria de Cultura, por meio de uma análise jurídica, uma análise de viabilidade, transforme a Faculdade Dulcina em um ativo da Secretaria.

O Conselheiro Wellington lembrou que quando surgiu a questão do acervo da Fundação Palmares o Secretário prontamente se colocou à disposição para receber aquele acervo e que agora a Faculdade Dulcina está pedindo socorro para seu acervo. Questionou como o Conselho pode ter essa mesma prontidão para o acervo do Dulcina.

Apontou que a Faculdade Dulcina é a única faculdade de artes do Distrito Federal, que a da UnB é um complexo dentro de um complexo e que daquele complexo só existe a Faculdade de Artes Dulcina de Moraes. Comentou que é o sonho de todo artista ter uma Faculdade como aquela funcionando e que agora estão pedindo um socorro para aquele acervo. Perguntou se já pensaram se aquele acervo se perde como foi perdido o acervo de filmes da Cinemateca Brasileira. Ressaltou que perdas como essas não têm volta e que o acervo de Dulcina conta com figurinos, cenários...

Concordou com a Conselheira Fernanda sobre o envio de uma recomendação à Secretaria, pois esse texto pode sair amanhã com um texto ao Secretário de Cultura já solicitando de imediato um olhar para esse acervo que precisa fazer parte do Sistema de Arte e Cultura do Distrito Federal. Finalizou reiterando a importância de dialogar com essa pauta importantíssima para o Sistema de Arte e Cultura do Distrito Federal.

A Presidente concordou que a ideia é interessante, mas questionou até onde podem fazer estando a Fundação Brasileira de Teatro envolta em uma questão judicial e que não sabe a até que ponto essas coisas poderiam ser movidas, removidas ou ter um fiel depositário, pois existem ações correndo em segredo de justiça e se trata de uma entidade privada. Então, apontou, podemos pensar em uma solução ao menos para o acervo enquanto a situação se resolve. Assim, talvez o Conselho possa fazer uma consulta à Secretaria, se houver uma solicitação formal nesse sentido, se seria possível acolher esse acervo.

A Conselheira Rita lembrou que o Dulcina não é só um acervo, não é só um teatro ou só uma faculdade, que é um Complexo Cultural maior que envolve um patrimônio muito grande, que é responsável pela maior rede de artistas e educadores do Distrito Federal. Porém, apontou, a comunidade cultural precisa de uma reunião específica, ouvir a Secretária Executiva e o Presidente da FTB, analisar profundamente a questão.

Ressaltou que na carta enviada pela FTB é pedido um apoio institucional, então, é preciso entender como isso pode ser realizado e para isso é preciso fazer um aprofundamento da situação que envolve o Dulcina enquanto Conselheiros de Cultura do Distrito Federal, compreendendo o papel importantíssimo dessa instituição dentro do segmento artístico e cultural do Distrito Federal, fazendo esse aprofundamento e posteriormente fazer uma consulta à AJL para verificar até onde o Conselho pode atuar, ajudar e dar suporte para que essa entidade possa se reerguer. Ressaltou que é preciso fazer um trabalho muito sério e com muito conhecimento do que está acontecendo e de como podem proceder.

Comentou que a ideia da Conselheira Fernanda é válida, assim como acha que a fala do Conselheiro Wellington foi maravilhosa, mas acha que não devem ter nenhuma ação intempestiva, que primeiro precisam entender melhor e compreender todas as ferramentas que o CCDF pode utilizar para auxiliar essa entidade. Apontou que essa é sua proposta, pois o Dulcina não precisa de um curativo, mas que precisa, na verdade, de um tratamento específico, sobre como podem auxiliar de fato na estrutura dessa entidade.

A Liana Fariás, Secretária Executiva da FBT, agradeceu o momento de fala e pela oportunidade de alguns dos problemas enfrentados pelo Dulcina e, como a Conselheira Rita bem colocou, a FTB quer a mobilização da Secretaria de Cultura para mobilização para responsabilização desse espaço que é um patrimônio tombado e sendo o Complexo um patrimônio tombado pelo GDF a Secretaria precisa de

imediatamente assumir algumas responsabilidades em relação ao acervo e contou que hoje em dia o acervo está minimamente guardado em segurança e organizado, mas que precisam de um trabalho mais efetivo no próprio espaço, de catalogação, contou que fizeram um trabalho de aproximação com IPHAN e que técnicos do Instituto fizeram um curso de extensão para iniciar esse trabalho, mas que precisam do auxílio do Conselho de Cultura no engajamento de todas essas ações para que consigam efetividade nessas ações.

Com relação às dívidas, contou que são muitas, são dívidas trabalhistas, com a CEB e com a CAESB que giram em torno de R\$ 28 milhões; com a CEB, com juros e multa, deve hoje R\$ 130 mil e com a CAESB, cerca de R\$ 100 mil. Apontou que essas dívidas vêm desde 2010 e que hoje a FTB tem dificuldades de negociação, pois já fizeram vários acordos de parcelas que a instituição nunca conseguiu colocar na folha de pagamento e efetivar o pagamento das parcelas.

Comentou que existe uma ideia correndo e que também colocou na carta enviada ao CCDF que é uma ideia de distritalização da Universidade Pública do Distrito Federal e que seria muito importante para a fundação fazer um acordo de dez anos, onde o GDF, através da Secretaria de Educação, nessa lei da universidade pública, assumiria a Faculdade de Artes do Dulcina e seus gastos.

Respondendo a um comentário do chat, informou que a CEB agora é Neoenergia e que hoje a FTB, inclusive, tem dificuldade de comunicação com a direção, que na época da CEB conseguia falar diretamente com o Presidente, mas que até agora só conseguiu acordos com pagamentos de parcelas no valor de R\$ 30 mil que é um valor que a FTB não conseguiria arcar.

Apontou que são muitas questões, que poderiam colocar tudo numa pauta, mas que tentou resumir para que possam começar a pensar nesses assuntos todos e trazer para pauta com sugestões e ideias.

Comentou que uma recomendação do CCDF seria muito prudente e importante, que basta alinharem e colocarem em prática.

Agradeceu e se colocou à disposição para responder qualquer pergunta.

O Sr. Sartory comentou que conhece bastante os problemas e potencialidades do prédio, que é um espaço muito grande, que além do Faculdade e do Teatro atende outras frentes e que há muito tempo carece de algumas iniciativas e, com isso, trouxe a ideia de criação de um Núcleo de Formação e Produção para Elaboração de Projetos especificamente para o FAC e captação de recursos junto ao FAC no sentido de que aqueles projetos e proponentes que forem bem sucedidos nos próximos editais, de executarem parte de suas propostas artísticas no Complexo Dulcina, alugando o Teatro e os espaços de forma a gerar uma receita para o local que pode ajudar a solucionar parte do problema.

Comentou que não é muito inteirado do assunto, mas que sabe que de vez em quando a Secretaria de Cultura realiza cursos e oficinas no sentido de formar ou informar as pessoas a respeito dos processos dos editais e de coisas nesse sentido. Apontou que uma vez que estão pensando em formar esse núcleo, com os objetivos que acabou de mencionar, questionou de que forma esse Núcleo da FBT pode dialogar ou buscar parceria com essa formação que de vez em quando a Secretaria de Cultura desenvolve e que acontece antes da divulgação de alguns editais.

A Presidente apontou que talvez o Conselheiro João Moro possa responder a pergunta do Sr. Sartory.

O Conselheiro João Moro informou que no momento a Secretaria está sem edital aberto, pois o edital já foi aberto para isso, mas que acredita que a SUFIC possa realizar ações de projetos do FAC e da LIC lá. Colocou a Subsecretaria de Fomento e Incentivo à Cultura à disposição para fazer uma oficina junto ao pessoal do Dulcina.

A Presidente comentou que a contratação de oficinas é feita por meio de chamamento de OSC, ao que o Conselheiro João confirmou, mas que é possível realizar uma oficina para inscrever projetos na LIC, por exemplo. Ressaltou que é um trabalho que pode ser feito, que basta encontrarem incentivadores, que é um trabalho que vem fazendo, de buscar esses incentivadores, mas que estão à disposição.

A Conselheira Aline complementou a fala do Conselheiro João apontando que pelo que entendeu da proposta do Sr. Sartory, seriam projetos direcionados especificamente ao Dulcina, para serem executados lá. Comentou que acredita que isso não seja possível direcionar para instituições privadas, por exemplo, pois o que a Secretaria tem de ações com relação a isso é o FAC Ocupação, que é voltado para espaços

públicos e que acredita que não seja possível fazer esse direcionamento para espaços privados, que somente a Assessoria Jurídica pode dizer se é ou não possível fazer esse direcionamento, por meio de uma consulta, mas que pelo que entende da legislação essa proposta não seja viável.

O Conselheiro João apontou que o que com certeza é possível fazer é a LIC, pois é possível fazer qualquer projeto de manutenção e gestão, tudo o que tiver mérito cultural e uma incentivadora dá para fazer lá.

O Sr. Sartory elucidou que sua proposta não é no sentido de direcionar recursos, que seria mais no sentido de um trabalho de formação e, como falado pelo Conselheiro João, quando está próximo de abrir os editais, fazer esse trabalho com meses de antecedência para que aquelas pessoas que não estão habituadas a fazer todo o processo burocrático, trabalhar com os formulários, demoram um tempo para o entendimento e que para elaborar bons projetos, muitas vezes, é preciso de pelo menos de um ano de antecedência.

O Conselheiro João comentou com o Sr. Sartory que é possível sim realizar algumas oficinas, mas que no YouTube e no site da Secretaria já existem vídeos das Oficina de Projetos e Oficina de CEAC e que acredita que podem começar por aí e dois fazer um perguntas e respostas.

Comentando a fala da Conselheira Aline, o Sr. Sartory esclareceu que não seriam recursos direcionados diretamente, mas de maneira indireta. Exemplificou dizendo que existem projetos em que é necessário alugar espaços para os espetáculos e oficinas.

O Conselheiro João esclareceu que quando um projeto é proposto ele já diz onde será executado. Então, se eventualmente um projeto for aprovado e for executado no Dulcina, ótimo, mas que não pode ser algo condicionante e que não é possível a Secretaria fazer qualquer tipo de direcionamento.

O Sr. Sartory questionou se em uma próxima pauta do Conselho seria possível aprofundar essa discussão sobre a questão da formação.

A Conselheira Rita comentou que fica muito feliz em ver a ansiedade de todos em falar das questões, apresentar propostas e solucionar o caso do Dulcina, mas que gostaria de complementar sua proposta que foi para que o Dulcina entre como ponto de pauta e que na reunião em a FTB estiver pautada que as pessoas já tragam propostas, para aí sim debater em cima de propostas mais construídas para que possam coletar essas propostas, apresentá-las a Secretaria, consultar a AJL e aí sim propor um trabalho aprofundado para verem onde podem atuar, pois esse não é o momento, pois o Dulcina não está em pauta que a proposta é que o Dulcina entre para um ponto de pauta futuro.

Solicitou que a Sra. Liana, o Sr. Sartory e os demais preparem propostas mais construídas e as tragam para um debate da reunião com uma pauta mais específica onde possam analisar as propostas da Conselheira Fernanda, do Sr. Sartory e as necessidades que foram apontadas na carta da FTB. Que o Complexo precisa ser debatido de uma forma mais madura e não dessa forma atabalhoada.

Reiterou que sua proposta é para que o Dulcina vá para um ponto de pauta, para que tenham um momento exclusivo para debate dessa questão e para que possam analisar como o CCDF e a Secretaria de Cultura poderão auxiliar na questão.

A Presidente resumiu as propostas apresentadas:

1. Proposta da Conselheira Fernanda: Fazer uma recomendação à Secretaria para tornar a Faculdade Dulcina de Moraes um ativo da SECEC, por meio de um estudo de viabilidade;
2. Proposta do Conselheiro Wellington: Fazer uma recomendação para que a SECEC assuma, de imediato, o acervo do Dulcina.
3. Proposta da Conselheira Rita: Incluir a FTB em um próximo ponto de pauta, para entender quais são os anseios da FBT, conhecer seus problemas e que sejam apresentadas propostas, pela Fundação e por aqueles que se manifestaram na reunião, de forma mais estruturada.

A Presidente complementou a proposta da Conselheira Rita em, se aceito pelo pleno, que não adiantam vier propostas soltas, que o pessoal do Dulcina sabe o que é e o que não é possível, pois já estão tratando com advogados e sabem se é ou não possível convênio com o poder público, se são possíveis parcerias, pois, até onde sabe, existem várias questões judiciais, vários embargo e que, por isso, não sabe se é possível para o poder público auxiliar uma entidade privada que está com ações judiciais sob sigilo.

Assim, colocou, se o pleno concordar em incluir a FTB como pauta de uma das reuniões ordinárias do CCDF, seguindo a lista de aprovações, que venha a informação mais completa para que possam ter um debate mais produtivo.

Lembrou que o Estado não pode expropriar o bem privado, até porque existem uma série de ações judiciais que precisam ser consideradas. Dessa forma, abriu para votação:

1. Proposta da Conselheira Fernanda: Fazer uma recomendação à Secretaria para tornar a Faculdade Dulcina de Moraes um ativo da SECEC, por meio de um estudo de viabilidade para preservação do espaço;
2. Proposta do Conselheiro Wellington: Fazer uma recomendação para que a SECEC assuma, de imediato, o acervo do Dulcina.
3. Proposta da Conselheira Rita: Incluir a FTB em um próximo ponto de pauta, para entender quais são os anseios da FBT, conhecer seus problemas e que sejam apresentadas propostas, pela Fundação e por aqueles que se manifestaram na reunião, de forma mais estruturada.

A Conselheira Rita solicitou uma questão de ordem e comentou que nenhuma proposta se contrapõe, ao que a Presidente concordou que elas não se contrapõem, que elas estão em votação.

Dessa forma, os Conselheiros votaram por meio do chat e do grupo de WhatsApp do CCDF com o seguinte resultado:

Proposta 1 - Aprovada por unanimidade;

Proposta 2 - Aprovada por unanimidade;

Proposta 3 - Não aprovada. Recebeu votos das Conselheiras Fernanda e Iara e do Conselheiro Wellington.

Finalizada a votação da Presidente deu segmento a reunião e questionou se alguém da comunidade tem algum informe.

A Conselheira Rita questionou em qual reunião a FTB entraria como ponto de pauta, ao que a Presidente respondeu que em uma das próximas reuniões ordinárias do mês de setembro. Cabe esclarecer, porém, que a proposta de inclusão da Fundação Brasileira de Teatro não foi aprovada pelos Conselheiros de Cultura do Distrito Federal, tendo sido aprovadas as propostas da Conselheira Fernanda e do Conselheiro Wellington sobre o envio de recomendações à Secretaria de Cultura para tornar a Faculdade Dulcina de Moraes um ativo da SECEC e para que a SECEC assuma, de imediato, o acervo do Dulcina.

Findo o debate, a Presidente passou ao próximo ponto de pauta.

- Discussão do Regimento e operacionalização dos Comitês Macrorregionais: diretrizes, primeiros passos e resultados emergenciais esperados. A Presidente comentou que acredita que a reunião que terão para tratar sobre os Regimentos Internos os ajudará a operacionalizar a questão dos comitês macrorregionais e que, se os Conselheiros concordarem, passará ao próximo ponto de pauta.

- Aprovação de documento às Regiões Administrativas sobre uso e destinação de equipamentos culturais. Comentou que a Conselheira Fernanda trabalhou em uma minuta de recomendação a ser enviada às Administrações Regionais sobre a necessidade de avaliação e deliberação junto ao Conselho Regional de Cultura para decisão de implantação de projetos de privatização, mudança de uso e destinação de equipamentos públicos caracterizados como espaços/ equipamentos culturais.

Falou que o documento foi disponibilizado aos demais Conselheiros para ajustes e sugestões e perguntou se já têm uma versão final para que o CCDF possa encaminhar às Administrações.

A Conselheira Fernanda manifestou concordância, pediu para que a Secretaria Executiva do CCDF faça uma revisão final e que envie o documento o quanto antes.

Os demais Conselheiros manifestaram concordância e ficou decidido que o documento seria encaminhado às Administrações no dia seguinte acompanhado da Lei Orgânica da Cultura, da Resolução nº01/2018 e da Resolução nº 01/2019.

Passamos ao último ponto de pauta.

- Processo de formação dos CRCs. A Presidente comentou que o ponto de pauta foi uma sugestão da Conselheira Rita e passou a palavra à Conselheira.

A Conselheira Rita comentou que viu que foi feito o informe e, em cima disso, propôs que o CCDF consulte os CRCs para sugiram quais pontos gostariam que fosse abordado no processo de formação, pois assim podem fazer um levantamento dos pontos sinalizados pelos CRCs como mais importantes e que estão encontrando mais dificuldades. Sugeriu que os pontos focais façam esse debate para que possam atender as dificuldades encontradas pelos CRCs.

Lembrou que na reunião da semana passada falaram sobre gestão de conflitos e solicitou que o tema seja incluído na capacitação, pois considera isso fundamental, tendo em vista o ocorrido nos Conselhos Regionais.

A Presidente concordou com a proposta da Conselheira e comentou que acredita que isso irá agilizar o processo, até porque o chamamento da OSC já foi publicado e concordou que façam por meio dos pontos focais das macrorregiões para que não tenham que ficar aguardando respostas, pois em pouco tempo terão a OSC e terão que sentar para decidir esses pontos.

Também concordou com o tema da gestão de conflitos e comentou que foi sua especialização em seus últimos anos trabalhando com comunicação e que esse tema é fundamental quando se lida com pessoas e comunidades, como é o caso dos Conselhos Regionais. Apontou que esse é um tema transversal que precisa estar presente nas ações formativas do Conselho.

A Conselheira Aline concordou com a proposta da Conselheira Rita e apontou que é importante os pontos focais terem essa conversa com os pontos focais e fazer esse levantamento das dificuldades, assim como concordou com a inclusão do tema de gestão de conflitos na capacitação.

A Conselheira Rita e o Conselheiro Pedro Paulo perguntaram sobre os prazos do edital, ao que foi informado no chat que o período de inscrição irá até o dia 27 de agosto, o prazo para avaliação das propostas até o dia 04 de setembro e a fase recursal até o dia 14 de setembro, sendo o período de convocação da organização selecionada para apresentação do plano de trabalho, até 19 de outubro de 2021.

O Conselheiro Wellington comentou que é importantíssimo ter a introdução, o desenvolvimento e a conclusão dessa gestão de conflitos e apontou que o próprio CCDF precisa passar por uma formação para que possam depois auxiliar os CRCs, pois desde que assumiram tiveram vários conflitos em CRCs que não sabiam como atuar e com a chegada dos CRCs isso tomou proporções muito grandes e que o CCDF precisa de alguém para os auxiliar.

Apontou que gestão de conflitos é também para aprenderem a lidar com o outro, com a deliberação coletiva. Comentou que tem aprendido muito com as Conselheiras Fernanda e Rita que sempre têm nivelado o debate e proposto debates muito bacanas; falou que essas inteligências emocionais são muito importantes e que vale muito a pena ter isso como um trabalho contínuo dentro do CCDF e dos CRCs, para que tenham a capacidade de apresentar as leis e de acordo com esse entendimento ajudar os CRCs a caminhar, a entender que existe uma pluralidade de entendimentos ali, mas que é muito importante ter uma ideia base de qual o papel deles ali, como Conselheiros Regionais de Cultura. Concordou com a proposta e sugeriu que seja algo permanente, que olhando para trás vê o quanto o CCDF avançou e que essa pode ser mais uma das conquistas do Conselho.

A Conselheira Aline comentou que gostou muito da fala do Conselheiro Wellington e comentou que a Secretaria tem a possibilidade de fazer contratação por meio do PRODOC e sugeriu a possibilidade do CCDF solicitar a contratação de um gestor de conflitos por meio dessa consultoria e por um prazo mais estendido, como sugerido pelo Conselheiro Wellington.

A Conselheira Rita sugeriu que façam um texto simples, com o e-mail do Conselho, para que possam encaminhar aos Conselhos Regionais e colher suas propostas e sugestões.

Comentou que gestão de conflitos, além de ser uma pauta importantíssima, é uma matéria que se estuda em diversos grupos, lugares e empresas que desejam avançar volta seu olhar para essa questão e que um dos pontos mais importantes dos CRCs é a questão da representatividade, da diversidade, mas que têm observado que muita dificuldade em lidar com o contraditório dentro dos Conselhos que muitas vezes

acham que uma divergência de ideias faz com que um Conselheiro precise ser silenciado, o que vai contra a ideia do próprio Conselho que se constrói a partir das diversidades, das ideias múltiplas, exercitando o direito democrático de voto, mas que não vê a necessidade da contratação de um profissional para isso.

A Conselheira voltou a um tema já discutido em reuniões passadas e questionou sobre o processo de contratação de um estagiário para apoiar a Secretaria Executiva do Conselho. Apontou que desde que o Conselho tomou posse foi feita uma lista com os profissionais necessários para o Conselho e essa lista nunca foi atendida, que o Conselho só tem uma Secretária Executiva com um volume de trabalho gigantesco. Lembrou que na gestão passada tinham uma secretaria inteira para cuidar dos Conselhos, com um Secretaria Executiva, uma Secretaria para cuidar dos CRCs, que essas duas profissionais ainda tinham suporte e, ainda assim, o trabalho era gigantesco.

Lembrou que no início do ano foi feita a proposta de contratação de estagiários via AJL para prestar esse auxílio e perguntou à Presidente como está isso.

A Presidente comentou que foi encaminhado um pedido a Gerência de Estágios e explicou que para a contratação é preciso que o estudante seja da área de formação do supervisor, que no caso dela é comunicação e que fez um chamado entre as Assessorias para essa contratação, mas que não está na gestão da Secretaria, o governo precisa liberar e, por isso, estamos aguardando.

Contou que existe o programa jovem candango e que as áreas de formação da Secretária do Conselho permitia solicitar dos jovens e que a sua área permitia mais um e, com isso, solicitaram mais três jovens do programa, além do estagiário, mas que também estão aguardando as instâncias de governo liberarem isso.

Comentou que a AJL tem ajudado bastante com as demandas do dia-a-dia e que sempre surgem dúvidas a Dra. Laiza nos ajuda informalmente e que nas consultas formais o Conselho é respondido por meio dos pareceres e das notas jurídicas.

O Conselheiro Pedro Paulo brincou com a Conselheira Aline que um gestor de conflitos seria muito pouco, pois as coisas pegam fogo nos CRCs muitas vezes e, por isso, seria necessário um exército de gestores de conflito.

A Presidente comentou que a democracia é muito jovem e ameaçada, que tem pouco mais de trinta anos e que as pessoas ainda estão aprendendo a lidar com o contraditório, com as diferenças e que é daí que nascem as soluções, que são das diferenças que temos a evolução. Ressaltou que essa é uma base mínima e é o que o Conselho tem tentado passar aos CRCs quando os conflitos chegam ao CCDF. Ressaltou que os Conselhos são um espaço de convivência e que aos Conselheiros de Cultura, pontos focais, lhes cabem o papel de psicólogo, de gestor de conflito etc. para que possam levar essa base aos Conselhos Regionais.

O Conselheiro Pedro Paulo comentou a fala do Conselheiro Wellington e comentou que o Conselho já avançou bastante.

A Presidente comentou que a reunião de hoje foi bastante produtiva e que todos devem ficar atentos, pois assim que o texto base para execução da LAB for disponibilizado o Conselho o encaminhará a comunidade cultural e marcará a reunião extraordinária para dali a dois dias.

Dessa forma, agradeceu a presença de todos, ao trabalho das intérpretes e o suporte da Secretária Executiva do Conselho e deu por encerrada a 15ª Reunião Ordinária do Pleno do Conselho de Cultura do Distrito Federal.

A reunião encerrou-se às 22h00, ficando a atribuída a mim a redação da ata da presente reunião que a submeterei aos Conselheiros de Cultura do Distrito Federal para aprovação.

Seguirá anexo a esta Ata o chat da 15ª Reunião Ordinária do Conselho de Cultura do Distrito Federal.



Documento assinado eletronicamente por **KENIA SEVERO PEREIRA - Matr.0247653-3**,
Secretário(a) Executivo(a), em 15/09/2021, às 09:32, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de

16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ELIZABETH FERNANDES - Matr.0245379-7, Presidente do Conselho**, em 15/09/2021, às 10:51, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **IARIADNEY ALVES DA SILVA - RG 2738210 SSP/DF, Usuário Externo**, em 15/09/2021, às 12:35, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **WELLINGTON JOSE LOURENCO DE ABREU - RG 1570434 SSP/DF, Usuário Externo**, em 15/09/2021, às 14:04, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Barbosa Adão, Usuário Externo**, em 21/09/2021, às 12:02, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **JOÃO ROBERTO DE OLIVEIRA MORO - Matr.0242538-6, Subsecretário(a) de Fomento e Incentivo Cultural**, em 23/09/2021, às 14:24, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ALINE MARIA DA SILVA CAMILO - Matr.0238577-5, Coordenador(a) do Fundo de Apoio à Cultura**, em 28/09/2021, às 11:44, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **RITA DE CÁSSIA FERNANDES DE ANDRADE - Matr.0244228-0, Membro do Conselho**, em 06/10/2021, às 11:29, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO PAULO DE OLIVEIRA - Matr.0244224-8, Membro do Conselho**, em 21/10/2021, às 14:53, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=68854654&codigo_CRC=8089AF2D.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCTN, Via N2, Anexo do Teatro Nacional - Bairro Asa Norte - CEP 70070-200 - DF



Conselho de Cultura
do Distrito Federal

CONSELHO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL
15ª REUNIÃO ORDINÁRIA / 2021
17/08/2021
CHAT

De Mim para Todos: 06:38 PM
15ª Reunião Ordinária do

19h15 - **INFORMES**

- Informes Gerais da Presidência

PAUTA

19h30 - Lei Aldir Blanc – Presença do Secretário Executivo da SECEC, Carlos Alberto Júnior, para apresentar o planejamento da execução do saldo da LAB.

20h40 - Informes dos Conselheiros (Continuação):

☑ GT Regimento Interno

☑ GT Acessibilidade

☑ Outros

- Informes da Comunidade (até 03 inscrições - 2 minutos cada)

21h15 - Discussão do Regimento e operacionalização dos Comitês Macrorregionais: diretrizes, primeiros passos e resultados emergenciais esperados

21h30 - Aprovação de documento às Regiões Administrativas sobre uso e destinação de equipamentos culturais

21h45 - Processo de formação dos CRCs

22h – ENCERRAMENTO

De Isabel Barros - Intérprete de Libras para Todos: 06:46 PM
muito obrigada! 😊

De Mim para Todos: 06:51 PM
Não há de quê, Isabel!

De Júliel Esplendor - CRC Riacho Fundo 1-DF e Instituto OCA para Todos: 07:02 PM
Boa noite a todas e todos 🙌🙌🙌🙌🙌

De Neide Nobre para Todos: 07:07 PM
Boa noite à todas, à todos à todes

De Wellington Abreu para Todos: 07:07 PM
Boa noite a todes

De Iara Alves para Todos: 07:08 PM
Boa noite!

De Beth Fernandes para Todos: 07:09 PM
Boa noite, comunidade cultural

De Liana Farias - FBT para Todos: 07:13 PM
Liana Farias - Secretária Executiva da Fundação Brasileira de Teatro

De Gilberto Rios para Todos: 07:13 PM
Gilberto Rios - FBT



Conselho de Cultura
do Distrito Federal

De Neide Nobre para Todos: 07:14 PM

Neide Nobre - conselheira do Conselho Regional de Cultura de Sobradinho

De iPhone de Tereza Padilha para Todos: 07:14 PM

Boa noite a todas às pessoas, me chamo Maria Tereza Padilha - CRC RA1 PP -

De Fernando Cardoso para Todos: 07:14 PM

Boa noite pessoal! Fernando Cardoso Olivier, CRC- Plano Piloto - FWTV Filmes/ A Arte em Ação

De Fernanda Barbosa para Todos: 07:15 PM

boa noite comunidade!

Conselheira Fernanda - Economia Criativa CCDF.

De usuario para Todos: 07:28 PM

Beth, sou a Márcia Gomes, no usuário, a Kuka tá no grupo dizendo que se inscreveu e não chegou o link pra ela também.

De Neide Nobre para Todos: 07:29 PM

Solicito informações como ficarão os encaminhamentos do informe da carta recebida da FBT?

De Júliil Esplendor - CRC Riacho Fundo 1-DF e Instituto OCA para Todos: 07:29 PM

Excelente

De Renio Quintas para Todos: 07:40 PM

Boa noite! Desculpe a ausência de vídeo

E o atraso! Grande abraço a todas todos e todes

De Neide Nobre para Todos: 07:40 PM

Gostaria de me inscrever para fala dessa pauta

De Wellington Abreu para Todos: 07:42 PM

Secretário, o quanto antes é um prazo de quanto tempo mais ou menos?

Podemos trabalhar com datas precisas?

De Fernando Cardoso para Todos: 07:42 PM

Perfeito, Editalização e Prêmios para mais celeridade

De ROSEMARIA ALVES para Todos: 07:43 PM

Boa noite a todxs Desc o atraso Rosemaria

De Júliil Esplendor - CRC Riacho Fundo 1-DF e Instituto OCA para Todos: 07:44 PM

Excelente ideia Neide

vai ajudar muiiiita gente

De Raphael Veiga para Todos: 07:45 PM

é exatamente isso Neide

De Júliil Esplendor - CRC Riacho Fundo 1-DF e Instituto OCA para Todos: 07:47 PM

Vai dar esperança aos desacreditados que trabalham modestamente com cultura no DF

De Raphael Veiga para Todos: 07:48 PM

peço a fala



Conselho de Cultura
do Distrito Federal

De Rita Andrade para Todos: 07:48 PM

É muito triste saber que muitos da cultura a única renda que tiveram nesses tempos pandêmicos foi o recurso da LAB.

De iPhone de Tereza Padilha para Todos: 07:49 PM

E triste também são os espaços de cultura fechando as portas

De Fernando Cardoso para Todos: 07:50 PM

Sim Rita Andrade, transtornos terríveis para a cultura. Desesperador diria.

De Josiane para Todos: 07:51 PM

CNPJ tb

gostaria de me inscrever

De Fernando Cardoso para Todos: 07:52 PM

Sim Tereza Padilha, um atrás do outro sendo fechado... declarando falência, muito penoso.

De Josiane para Todos: 07:52 PM

josiane@lobofest.com.br

De Júli Espendor - CRC Riacho Fundo 1-DF e Instituto OCA para Todos: 07:53 PM

Tem muita gente que não recebeu nada

De linda nascimento para Todos: 07:53 PM

Boa noite, aqui é Linda, gerente de cultura da Fercal!

De Beth Fernandes para Todos: 07:53 PM

boa noite a quem está chegando

De linda nascimento para Todos: 07:54 PM

Sou ouvinte, mas estou aqui

De Nanci Araújo para Todos: 07:54 PM

Boa noite Beth!

De Neide Nobre para Todos: 07:55 PM

Temos informações que recursos que foram destinados à projetos não foram repassados aos membros envolvidos

De Gilberto Rios para Todos: 07:55 PM

tenho uma reunião agora às 20 hrs com os Professores da Faculdade, a Liana nossa diretora executiva da FBT ficará aqui, gratidão

De Neide Nobre para Todos: 07:55 PM

solicito outro espaço de fala

De Josiane para Todos: 07:56 PM

fala do lobofest

De Júli Espendor - CRC Riacho Fundo 1-DF e Instituto OCA para Todos: 07:57 PM

Muito bom Elizabeth



Conselho de Cultura
do Distrito Federal

De Sartory para Todos: 07:57 PM
solicito lugar de fala (Sartory)

De Fernando Cardoso para Todos: 07:58 PM
Vale lembrar dos projetos que entraram em diligência ou tiveram dificuldades com falta de tempo hábil ou de acessos com internet.

De Júliel Esplendor - CRC Riacho Fundo 1-DF e Instituto OCA para Todos: 07:58 PM
Sim Fernando

De Fernando Cardoso para Todos: 07:59 PM
Obrigado Gilberto Reis, Levante Dulcina.

De Fernanda Barbosa para Todos: 07:59 PM
é preciso consolidar a pesquisa de feedback... e se não teve aderencia divulgar mais

De Fernando Cardoso para Todos: 08:01 PM
Obrigado Neide, concordo. Mais de um ano e meio.

De Josiane para Todos: 08:02 PM
Josiane inscrição

De Galaxy J4 Core para Todos: 08:05 PM
nao estou ouvindo nada

De Beth Fernandes para Todos: 08:06 PM
Depois é Teresa

De Mim para Todos: 08:07 PM
A próxima é Josiane
Tereza em seguida

De Galaxy J4 Core para Todos: 08:08 PM
pessoal nao estou conseguindo ouvir o que vcs estao falando
ja conferi o volume do meu cel...e nada

De Mim para Todos: 08:08 PM
O áudio está normal, Demi.

De Fernando Cardoso para Todos: 08:08 PM
onde está disponibilizado?

De Mim para Todos: 08:09 PM
<https://forms.gle/sirwrGL39ex93kn57>
Formulário de Avaliação da Aplicação da Lei Aldir Blanc no DF

De Fernando Cardoso para Todos: 08:09 PM
Obrigado!

De Beth Fernandes para Todos: 08:09 PM
Está na página do CCDF e foi encaminhado aos conselheiros e a vários grupos, além dos gerentes de cultura e CRCs



Conselho de Cultura
do Distrito Federal

De Fernando Cardoso para Todos: 08:10 PM
Perfeita! Contemplado na fala da Rita Andrade!

De Neide Nobre para Todos: 08:14 PM
Isso teria que ter sido executado quando do início, falar em projeto e fomento com recurso de emergência nesse momento penso ser difícil e colocar agentes para executar projetos sem recurso é impossível

De iPhone de Tereza Padilha para Todos: 08:16 PM
Concordo demais com Neide. Impossível nesse momento pensar em PROJETOS. Agora é emergência.

De Galaxy J4 Core para Todos: 08:17 PM
minha esposa entrou agora e tbm nao esta escutando nada
pensei que fosse meu cel mais o dela tbm nao ouve nada
e o pior nao sei interpretar Libras...kkkkkk
to lascadis

De iPhone de Tereza Padilha para Todos: 08:18 PM
Bom senso

De Admin para Todos: 08:18 PM
é emergenciallll

De Júliil Esplendor - CRC Riacho Fundo 1-DF e Instituto OCA para Todos: 08:18 PM
Todas muito corretas tem muitas pessoas que estão com muitas necessidades básicas

De Galaxy J4 Core para Todos: 08:18 PM
conseguiiiii

De Sartory para Todos: 08:18 PM
exatamente Rita 🙏

De usuario para Todos: 08:18 PM
Siiiiimm Rita, é isso

De iPhone de Tereza Padilha para Todos: 08:18 PM
Agora temos que repartir o pão

De Galaxy J4 Core para Todos: 08:20 PM
ouvindo a Rita agora
perdi a fala da Tereza Padilha

De usuario para Todos: 08:20 PM
SE cobrar projeto do agente, vai se sua ruina de vez

De Renio Quintas para Todos: 08:21 PM
perfeito

De Júliil Esplendor - CRC Riacho Fundo 1-DF e Instituto OCA para Todos: 08:22 PM
Tem gente que come ou compra um spray se comprar o spray ou outro material fica com fome ou e muitas outras contas atrasadas
Tinta ou a comida



Conselho de Cultura
do Distrito Federal

De Wellington Abreu para Todos: 08:22 PM
Obrigado pela presença Secretário Carlos Alberto

De Fernanda Barbosa para Todos: 08:22 PM
de acordo

De iPhone de Tereza Padilha para Todos: 08:23 PM
Na real, estamos num momento de grande dificuldade. Sem condições de pensar em PROJETOS. Espaços fechando, artistas passando fome. Tristeza total.

De Renio Quintas para Todos: 08:23 PM
Valeu Carlos Alberto! Gratidão! Boa noite!
Sim! Vamos bater o martelo que é so para CPF com prioridade para quem não recebeu ainda

De usuario para Todos: 08:23 PM
O ideal é priorizar agentes que não ganharam nada no ano passado e seguir para quem ganhou se sobrar recurso

De iPhone de Tereza Padilha para Todos: 08:23 PM
Boa noite Carlos Alberto. Grata

De Renio Quintas para Todos: 08:24 PM
Ususario vc so aparece como usuário qual seu nome?

De iPhone de Tereza Padilha para Todos: 08:24 PM
Onde está o edital?

De Renio Quintas para Todos: 08:25 PM
No site do BNDES

De Bruna Tassy para Todos: 08:25 PM
No início da reunião, ela disse que é Márcia Gomes, Renio hahah respondendo à sua pergunta, pq não sei se ela viu

De Beth Fernandes para Todos: 08:25 PM
ah

De Admin para Todos: 08:26 PM
Eu Rosemaria, sem vídeo

De Neide Nobre para Todos: 08:30 PM
Informo que está acontecendo no canal do YouTube da Emergência Cultural - Diálogos Nacionais Legados da Lei Aldir Blanc

De Fernanda Barbosa para Todos: 08:31 PM
de acordo

De Joao Moro para Todos: 08:32 PM
Maravilha

De Admin para Todos: 08:32 PM
muito bom neide



Conselho de Cultura
do Distrito Federal

De Nanci Araújo para Todos: 08:33 PM
Os CRCs terão que refazer seus regimentos?

De Neide Nobre para Todos: 08:37 PM
Alguns CRCs enfrentam dificuldades para melhorar seus regimentos agora pois precisamos de capacitação para tanto. Se faz necessário que os conselheiros entendam a LOC, suas funções, suas competências para assim amadurecer e trabalhar em cima da minuta de regimento

De Renio Quintas para Todos: 08:38 PM
Senhores e senhoras minha conexão está horrível vou ter que me ausentar! Boa reunião pra vcs! Boa noite

De Wellington Abreu para Todos: 08:41 PM
Cabe a eles enviarem as demandas Rita

De Beth Fernandes para Todos: 08:49 PM
Os que fizeram podem melhorar se quiserem. A decisão é deles
posso ajudar no que for possível

De Wellington Abreu para Todos: 08:51 PM
perfeito conselheira lara

De Neide Nobre para Todos: 08:52 PM
Gostaria de falar nesse ponto de pauta será possível?

De Fernando Cardoso para Todos: 08:53 PM
Também terei que sair da reunião.... Boa noite pessoal! Bom pleno pra vocês!
1.Neide inscrita

De Nanci Araújo para Todos: 08:56 PM
Boa noite!

De Admin para Todos: 08:58 PM
Excelente colocação Neide Nobre....

De Neide Nobre para Todos: 09:00 PM
quero me inscrever

De Liana para Todos: 09:02 PM
Obrigada conselheira rita
A FBT pede socorro!
#levantedulcina

De Sartory para Todos: 09:04 PM
gostaria de poder falar da FBT (SARTORY)

De Liana para Todos: 09:04 PM
Obrigada conselheiros por darem voz ao nosso pedido de socorro!

De Joao Breyer para Todos: 09:05 PM
Concordo 100% Wellington



Conselho de Cultura
do Distrito Federal

De Liana para Todos: 09:06 PM
Peço a palavra

De Neide Nobre para Todos: 09:06 PM
Para além do acervo Dulcina de Moraes está precisando de um olhar respeitoso para seu patrimônio material e imaterial

De Joao Breyer para Todos: 09:08 PM
Sartory seu microfone esta aberto
opa, ja fechou, valeu

De Neide Nobre para Todos: 09:09 PM
Informamos que o vestibular da Faculdade de Artes Dulcina de Moraes está aberto ajudem a divulgar

De Cleide Soares para Todos: 09:12 PM
Alguém sabe o montante das dívidas do Dulcina?
Dívidas trabalhistas?
Creio que é possível solicitar o perdão das dívidas com a CAESB e com a CEB
CEB já privatizou

De Rita Andrade para Todos: 09:13 PM
temos que debater em um reunião para fazer isso.
aqui ã é ponto de pauta
´está só como informe.

De iPhone de Tereza Padilha para Todos: 09:13 PM
Todos os atuais conselheiros deveriam sair. Não tem como o presidente levar o Dulcina com um Conselho que só pensa em ter vantagens. Muita maldade o que fizeram com Dulcina. Triste demais.

De Joao Breyer para Todos: 09:14 PM
Seria ótimo uma reunião extraordinária especifica para tratar do Dulcina;
Show Sartori, muito boa a ideia.

De Cleide Soares para Todos: 09:14 PM
De todo modo, foi muito bom você informar a situação, Liana.

De Liana para Todos: 09:17 PM
Seria muito importante a FBT entrar na pauta da próxima reunião
Estou a disposição

De Joao Breyer para Todos: 09:23 PM
Sugiro a criação de um GT para trabalhar essas questões do Dulcina, um GT da comunidade com participação de membros do CCDF e dos CRCs

De Neide Nobre para Todos: 09:25 PM
Boa colocação conselheira Rita, Dulcina na pauta do CCDF

De Rita Andrade para Todos: 09:26 PM
Sim, vamos fazer um debate maduro!
e fundamentado



Conselho de Cultura
do Distrito Federal

De iPhone de Tereza Padilha para Todos: 09:28 PM

Um debate que realmente o espaço merece. Dulcina nossa grande mestra. Debate muito bem fundamentado.

De Joao Breyer para Todos: 09:28 PM

Parceria publico Privada, tem que ver se esse caminho é possível;

De Rita Andrade para Todos: 09:29 PM

Fernanda, mas o Dulcina que isso?

Quer isso?

De Joao Breyer para Todos: 09:29 PM

PPP

De Rita Andrade para Todos: 09:29 PM

Nem sabemos?

De Sartory para Todos: 09:29 PM

essa questão é complexa e querer uma pauta exclusiva para assunto da FBT 🙏

De Joao Breyer para Todos: 09:30 PM

Uma reunião extraordinária so para tratar do tema Dulcina seria muito melhor, pois teríamos mais tempo para tratar.

De Neide Nobre para Todos: 09:37 PM

Esse documento será enviado para às Administrações com cópia para gerentes e CRCs?

De Fernanda Barbosa para Todos: 09:38 PM

eu alterei suas solicitações

não mudei nada

De Neide Nobre para Todos: 09:38 PM

Todos teremos acesso CRCs e gerentes de Cultura?

De Rita Andrade para Todos: 09:38 PM

Ok Fernanda!

De Cleide Soares CRC RA 1 para Todos: 09:41 PM

A Érica não está no CCDF, quem é agora nosso ponto focal no CRC RA 1?

De Mim para Todos: 09:42 PM

O Conselheiro João Moro.

De Cleide Soares CRC RA 1 para Todos: 09:43 PM

está bem

De Iara Alves para Todos: 09:43 PM

de acordo.

De Fernanda Barbosa para Todos: 09:44 PM

ok



Conselho de Cultura
do Distrito Federal

De Cleide Soares CRC RA 1 para Todos: 09:44 PM

o conflito hoje geralmente é com Administrações Regionais. É necessário incluir o poder público nato nas capacitações

De ROSEMARIA ALVES para Todos: 09:45 PM

Gestao de conflitos...é isso.

De Rita Andrade para Todos: 09:45 PM

sim!

De iPhone de Tereza Padilha para Todos: 09:46 PM

Adoro isso Tom!

De Cleide Soares CRC RA 1 para Todos: 09:46 PM

As Administrações Regionais não entendem e não respeitam os CRCs, tampouco não atendem e não respondem aos CRCs. Não é fácil.

De Rubens Aguilar para Todos: 09:47 PM

ouvir vcs e muito bom

De Rita Andrade para Todos: 09:47 PM

Cleide o CRC do PP tem que trazer isso para incluir na formação.

De Cleide Soares CRC RA 1 para Todos: 09:47 PM

ok

De Mim para Todos: 09:47 PM

Edital 21/2021

De Rita Andrade para Todos: 09:47 PM

Vamos apresentar por escrito todas as propostas

De Mim para Todos: 09:48 PM

A fase de HABILITAÇÃO E CELEBRAÇÃO da parceria observará as seguintes etapas:

9.1 Convocação da OSC selecionada e prazo para apresentar a documentação de habilitação em até 7 (sete) dias corridos após o recebimento da convocatória, ou seja, até 01 de outubro de 2021;

9.2 Conferência da documentação de Habilitação: Até 06 de outubro de 2021;

9.2.1 Somente em caso de decisão por inabilitação será divulgado o resultado provisório de habilitação.

9.2.2 A fase recursal quanto ao resultado provisório de habilitação, se houver, dar-se-à de 07 a 11 de outubro de 2021;

9.2.3 A divulgação do julgamento do recurso e do resultado definitivo de habilitação: Até 14 de outubro de 2021;

9.3 Homologação do resultado final da seleção;

9.4 Indicação de dotação orçamentária;



Conselho de Cultura
do Distrito Federal

9.5 Convocação da organização selecionada para apresentar o plano de trabalho, até 19 de outubro de 2021, observadas as orientações fornecidas pela administração pública quanto à estrutura e ao conteúdo do documento;

9.6 Análise e aprovação do plan

9.6 Análise e aprovação do plano de trabalho, com possibilidade de realização de ajustes - até 25 de outubro de 2021;

9.7 Emissão de parecer técnico;

9.8 Designação do gestor da parceria e da comissão de monitoramento e avaliação;

9.9 Emissão de parecer jurídico;

9.10 Assinatura do instrumento de parceria.

De Cleide Soares CRC RA 1 para Todos: 09:48 PM

temos o Fórum de CRCs e é geral a reclamação referente a relação com as Administrações Regionais.

De Beth Fernandes para Todos: 09:51 PM

trabalhei com isso muitos anos

De Pedro Paulo de Oliveira para Todos: 09:52 PM

me escrevo

De Fernanda Barbosa para Todos: 09:59 PM

queridox.... vou precisar me ausentar
agradeço imensamente mais esta Reunião
força guerreiras...
até breve

De Joao Moro para Todos: 09:59 PM

Boa noite a todos e todas

De Joao Breyer para Todos: 09:59 PM

Parabéns a todos e todas, ótima reunião!!!

De Wellington Abreu para Todos: 09:59 PM

Boa noite a todes

De ROSEMARIA ALVES para Todos: 09:59 PM

Gratidão demais , muito boa a reuniao. Boa noite s todxs.

De Iara Alves para Todos: 10:00 PM

Boa noite

De Neide Nobre para Todos: 10:00 PM

Boa reunião e Boa noite

De iPhone de Tereza Padilha para Todos: 10:00 PM

Bela noite para todas as pessoas



Conselho de Cultura
do Distrito Federal

De Tuca para Todos: 10:00 PM
Boa Noite!!

De iPhone de Tereza Padilha para Todos: 10:00 PM
Amei reunião

De Júlii Esplendor - CRC Riacho Fundo 1-DF e Instituto OCA para Todos: 10:00 PM
Boaaaaa noiiiite

De Beth Fernandes para Todos: 10:00 PM
boa noite



Fundação Brasileira
de Teatro

 **DULCINA
DE MORAES**
FACULDADE DE ARTES

Ofício 09/2021

Brasília-DF, 05 de agosto de 2021

Referente: Solicitação de pauta com Conselho de Cultura do Distrito Federal

**Cara Elizabeth Fernandes
Presidente do Conselho de Cultura do Distrito Federal**

Nós da Fundação Brasileira de Teatro vimos por meio deste solicitar a inclusão da FBT em reunião deste Conselho, para tratar de assuntos emergenciais relacionados a esta instituição, que é mantenedora da Faculdade de Artes Dulcina de Moraes e do Complexo Cultural, que abriga o Teatro Dulcina e do Acervo de Dulcina de Moraes, patrimônios tombados pelo GDF.

Conforme já explanado nos informes da comunidade durante a reunião extraordinária deste Conselho, trazemos as seguintes pautas urgentes:

- Mobilização da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal para assumir responsabilidades devidas sobre a manutenção do patrimônio da Fundação Brasileira de Teatro, por meio de investimentos ou projetos, tendo em vista o tombamento como Bem Cultural do Distrito Federal;
- Apoio da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal para aproximação da FBT com a Secretaria de Educação e outras secretarias do Distrito Federal (como turismo, segurança pública, entre outras), buscando viabilizar parcerias para projetos de arte e educação;
- Apoio do Conselho de Cultura do Distrito Federal para formulação de cartas e pedidos de reuniões com diversos órgãos da administração de Brasília

SDS Bloco C N°. 30/64 Edifício FBT, Zona Central - CEP 70.392-902 Brasília-DF

CNPJ 33.701.392/0001-75 - IE 07.372.590/001-10



Fundação Brasileira
de Teatro



para viabilizar parcerias para projetos de arte e educação, reformas,
quitação de dívidas entre outros.

DECRETO Nº 28.518, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2007
DODF de 19.12.2007
REPUBLICAÇÃO - DODF de 19.12.2007

Dispõe sobre o tombamento do Teatro Dulcina
de Moraes e dos acervos fotográfico, textual e
cênico da atriz.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso VI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e com fulcro nos dispositivos da Lei nº 47, de 07 de outubro de 1989, regulamentada pelo Decreto nº 25.849, de 17 de maio de 2005, que se dispõe sobre o tombamento, pelo Distrito Federal, de bens de valor cultural, DECRETA:

Art. 1º. Considera-se sob a proteção do Governo do Distrito Federal, mediante tombamento como Bem Cultural do Distrito Federal, de valor histórico, o Teatro Dulcina de Moraes e suas dependências destinadas às atividades cênicas (platô, palco, camarão, foyer, setores e circulações adjacentes), bem como os acervos fotográficos, textuais e cênicos, remanescentes dos espetáculos protagonizados pela atriz.

Art. 2º. Fica destinada como Área de Tutela do Teatro Dulcina de Moraes a projeção do prédio.

Parágrafo único - Quaisquer intervenções físicas, pontuais, realizadas no Teatro Dulcina de Moraes e na respectiva Área de Tutela, somente poderão ser executadas mediante parecer técnico e aprovação da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal/Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico - DEPHA.

Art. 3º. A Administração do Distrito Federal, no âmbito de sua competência e nos termos da legislação civil e penal, adotará providências visando à apuração penal e ao ressarcimento dos danos causados por atos de vandalismo, destruição, deterioração e mutilação que venham a ser praticados em relação aos Bens Tombados e na Área de Tutela do Teatro Dulcina de Moraes.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revoga-se o Decreto nº 27.795, de 20 de março de 2007.

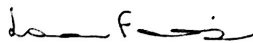
Brasília, 07 de dezembro de 2007.
1209 da República e 43 de Brasília
JOSE ROBERTO ARRUDA

Nos colocamos a disposição para qualquer esclarecimento


Gilberto Rios

Presidente

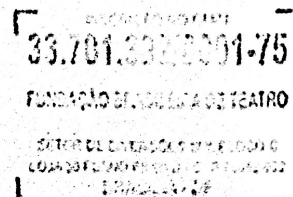
Fundação Brasileira de Teatro


Liana Farias

Secretária Executiva

Secretária Executiva

Fundação Brasileira de Teatro



SDS Bloco C N°. 30/64 Edifício FBT, Zona Central - CEP 70.392-902 Brasília-DF

CNPJ 33.701.392/0001-75 - IE 07.372.590/001-10